

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL (MMS)
LINHA DE PESQUISA: MEMÓRIA E ESPAÇO

A MEMÓRIA DA CONSTRUÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA:
a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.

Ricardo Cordeiro de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana

Rio de Janeiro
Fevereiro
2006

RICARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA

A MEMÓRIA DA CONSTRUÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA:
a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RICARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA

A MEMÓRIA DA CONSTRUÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA:
a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Orientador) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.(a) Dra. Icléia Thiesen – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

“Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedras?
E a Babilônia várias vezes destruída –
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que
A muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo
Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para seus habitantes?
(...)
Tantas histórias.
Tantas questões.”

(Brecht, Bertolt, trecho do poema Perguntas de um trabalhador que lê)

“Pedreiro Waldemar”

“Você conhece o pedreiro Waldemar/ não conhece, pois eu
vou lhe apresentar/ De manhã cedo pega o bonde circular/ Faz
tanta casa e não tem casa pra morar”.

(Wilson Batista/ Roberto Martins, 1946)

AGRADECIMENTOS

É sabido que o trabalho do pesquisador é geralmente solitário. Isso fica mais acentuado quando ele está desterritorializado. Particularmente, tal fenômeno foi atenuado em virtude das pessoas que me acolheram na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, a todas elas, deixo aqui meus agradecimentos. Ao casal Oswaldo e Eunice Neves, à Neneca e Neném. Aos “primos”, especial atenção ao Rodrigo e ao Roberto pelo convívio, pela leitura e digitação dos textos. Entre os amigos que estou cultivando no Rio, uma atenção especial aos colegas Clarice e Ricardo Pimenta. À Ana, pelos bons momentos que estamos passando e pelas manifestações de carinho sempre presentes. Em Minas, ao constante incentivo e as lições de solidariedade que sempre me demonstraram, devo agradecer aos meus pais José Luiz e Elizabeth e a minha tia Hortência. Ah! Não posso esquecer da minha irmã Renata, a quem devo algumas dicas de informática. Ao departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, agradeço especialmente ao professor Paulo Gracino pela enorme contribuição com observações e sugestões para o trabalho. Aos professores do programa de mestrado em Memória Social, sou grato às leituras e sugestões importantes da Prof^a Dr^a Icléia Thiesen. Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, devo agradecer não somente pela excelente orientação, mas também pela preocupação com a minha condição de desterritorializado. Minha gratidão aos operários entrevistados, que se dispuseram a nos auxiliar na realização deste trabalho, ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte pela cessão das fotografias. Finalmente, para a realização da pesquisa, agradeço o recebimento de apoio financeiro da agência de fomento CAPES.

RESUMO

Dentro da ampla onda grevista eclodida pelos operários brasileiros no final da década de 1970, pesquisamos a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Tendo como referencial de análise a memória, na sua face social, buscamos com este trabalho analisar a construção da memória de um grupo de trabalhadores da construção civil e a greve que deflagraram. Por intermédio da História Oral, examinaremos os aspectos que iluminam os modos pelos quais os trabalhadores recordam aquela greve. Além disso, lançamos mão de documentos escritos (reportagens jornalísticas, informativos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte e trabalho de outros pesquisadores acerca do tema). Afirmamos que o trabalho de memória dos operários entrevistados a respeito da greve ocorre de diferentes formas. As lembranças de grande parte dos operários articulam aquele movimento aos processos de construção, apropriação e uso do espaço tanto físico como social do Sindicato da categoria. Em compensação, outros procuram recordá-la, enfatizando os conflitos que aconteceram no decorrer da paralisação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Abordagem teórico-metodológica	18
Perfil dos entrevistados	33
As aproximações: o trabalho de campo	36
1. CONTEXTO HISTÓRICO	41
Minas Gerais e o “Milagre brasileiro”	47
2. A CONSTRUÇÃO DA GREVE: A MOBILIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELO HORIZONTE EM 1979	50
3. MEMÓRIA, GREVE E CIDADE	63
Lembrando Orocílio	67
Os Lugares de Memória da Greve	70
4. MEMÓRIAS DA GREVE	75
Identities ambíguas	86
A Greve como uma guerra	88
CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a construção da memória de um grupo de trabalhadores da construção civil da cidade de Belo Horizonte, tendo como centro a sua participação na greve deflagrada pela categoria no ano de 1979, em um movimento que se tornou um marco para o sindicalismo mineiro. Antes de iniciarmos nesse tema, é necessário fazer breves considerações sobre a história do movimento operário brasileiro.

Como bem observou Marcelo Badaró Mattos (2003, p.7), a formação do operariado brasileiro guarda algumas “especificidades em relação ao padrão clássico dos países de desenvolvimento industrial mais antigo”. A mais proeminente dessas reside no fato de que a sua formação desenvolveu-se no interior da sociedade escravista. Em consequência, as relações sociais tipicamente capitalistas não se desenvolveram no Brasil precedidas de uma ética positiva do trabalho. Dessa forma, após quase quatro séculos de regime escravista, o trabalho assalariado era concebido socialmente como uma atividade de menor importância. Segundo ele, “nas primeiras décadas após a abolição da escravidão, coube justamente ao movimento sindical a tarefa de buscar uma afirmação positiva do trabalhador nacional pela via da organização e ação coletiva de classe” (Mattos, 2003, p. 36).

Em outro estudo, o próprio Marcelo Badaró, ao analisar o processo de formação classe trabalhadora carioca, na 2ª metade do século XIX, salienta que a luta dos escravos (maioria dos trabalhadores brasileiros até 1888) pela liberdade e as primeiras mobilizações dos operários assalariados urbanos cariocas demonstravam considerável grau de cumplicidade e de “compartilhamento de experiências – de trabalho, de organização, de ação coletiva, de identidade e de consciência (...)” (Mattos, 2004, p. 54).

Inicialmente, a heterogeneidade social e nacional marcava a força de trabalho brasileira. Composta por ex-escravos, livres e imigrantes de várias nacionalidades, essa força de trabalho era influenciada por diversas correntes ideológicas: o Socialismo, o Anarquismo, o Positivismo,

organizações ligadas à Igreja Católica. Desde a 2ª metade do século XIX, os trabalhadores livres urbanos se organizavam de várias formas. A primeira foi a sociedade de socorros mútuos onde os trabalhadores exerciam tanto sua solidariedade como defendiam os interesses de seu ofício. Já sob o regime republicano, tivemos o surgimento de uma nova forma de associação operária: o Sindicato.

Dentre as mobilizações do operariado brasileiro contra a exploração dos patrões e a exclusão das decisões políticas, podemos destacar a greve. O termo greve suscita polêmica. Ele pode designar tanto a paralisação do trabalho quanto a falta dele. Leite (1988) o define enquanto “paralisação coletiva do trabalho por iniciativa dos trabalhadores visando pressionar seus empregadores para obter aumentos salariais e/ou melhores condições de trabalho” (Leite, 1988, p.8).

Entretanto, numa perspectiva histórica, o termo apresenta significado diferente daquele. Le Goff (1998) diz que o termo refere-se à “Place de Greve” - praça da cidade de Paris, localizada à margem do rio Sena -, onde, na baixa idade média, trabalhadores que não tinham emprego fixo e que não estavam vinculados a uma corporação de ofício se reuniam para oferecer seu trabalho. Mais adiante, o autor assinala que o fato desses trabalhadores não estarem presentes numa corporação - logo, não organizados, sem defesa, vulneráveis - e num estado de pobreza provocaram por parte destes “revoltas urbanas muito importantes no século XIV, espalhadas pela cristandade, em Florença, Paris, ou então o recurso de provocar tumultos, os ‘taquebans’, do francês antigo, e verdadeiras greves” (Le Goff, 1998, p.444-5). Assim, embora permanecesse no âmbito do trabalho e tivesse um caráter urbano, Le Goff diz-nos que o termo greve identifica-se, antes da consolidação da sociedade capitalista, a revoltas e tumultos de trabalhadores que se encontravam fora dos mecanismos formais de organização da época medieval e para quem a pobreza era uma experiência bem concreta.

De qualquer maneira, a greve, na condição de movimento de resistência dos trabalhadores, adquiriu relevância com o desenvolvimento do sistema capitalista. Leite (1988) comenta que “através dela (greve), a rotina de trabalho imposta pelos capitalistas é quebrada pelos trabalhadores,

que reconquistam o respeito e a dignidade de seres humanos dotados de vontade própria” (Leite, 1988, p.16). No pensamento de Castro (1986), “ela é parte de um processo mais amplo de contradição de interesses e de classes entre o capital e o trabalho nas sociedades capitalistas” (Castro, 1986, p. 13-4).

A greve permite aos trabalhadores a identificação entre si e, como consequência, a organização de práticas por intermédio das quais eles conseguem defender seus interesses e expressar suas vontades. A militante Simone Weil, sob a veste de operária de uma metalúrgica francesa, descreve a satisfação de seus colegas quando da greve dos metalúrgicos em 1936. Seu relato começa assim: “Enfim se respira! Greve dos metalúrgicos”. Nesse momento, a vida parece começar para os trabalhadores; na ocupação da fábrica, eles exibem suas máquinas para a esposa e os filhos. A greve é, acima de tudo, um momento de diálogo, de quebra de isolamento entre os operários que vêm na suspensão do trabalho um momento para a criação de um espaço de solidariedade.

Mesmo que os objetivos não sejam atendidos, as paralisações operárias podem permitir “um crescimento significativo da organização dos trabalhadores, provocando consequências políticas importantes para seu movimento” (Leite, 1988, p. 50).

No Brasil, em princípio, os tipógrafos do Rio de Janeiro foram os primeiros a cruzarem os braços em meados do século XIX (1858). No final do século XIX e início do XX, as manifestações grevistas concentravam-se no setor de transportes (ferroviários e estivadores). Ainda que sob dura repressão policial, os ferroviários foram os primeiros a conquistar, antes das demais categorias, o direito a férias e à aposentadoria (Leite, 1988).

Durante a Primeira República, assistimos ao início da constituição da identidade dos trabalhadores brasileiros, assim como das lutas por direitos sociais do trabalho (Gomes, 2002). Em geral, as principais reivindicações eram: regulamentação do trabalho feminino e dos menores, lei de acidentes do trabalho, jornada de trabalho de oito horas. Nesse período, o auge das mobilizações operárias ocorreu entre 1917 e 1920. Inúmeras greves eclodiram no Rio de Janeiro, em São Paulo e

em outras capitais. Em 1917, ocorreu a primeira greve geral no país.

O ciclo grevista de 1931-35 cumpriu papel de destaque ao exigir “a promulgação da legislação trabalhista, bem como o cumprimento pelo patronato das leis já decretadas” (Leite, 1988, p.61). Esse ciclo mobilizou as mais variadas categorias: têxteis, metalúrgicos, ferroviários, marceneiros, padeiros, bancários, sapateiros, vidreiros, alfaiates, trabalhadores na indústria do açúcar e na construção civil (Leite, 1988). Entretanto, a partir de 1935, essa mobilização é refreada em virtude da deflagração e repressão da revolta comunista naquele ano.

O direito à manifestação grevista sempre foi restrito no Brasil. Desde o início da República brasileira, controle e repressão estatal às organizações operárias e suas formas de ação já constavam nos regulamentos policiais. Do ponto de vista jurídico, Mattos (2004) comenta que as greves eram definidas ora como um direito; ora, um delito.

O Código Penal de 1890 estipulava a pena de prisão celular de um a três meses para quem “causar ou provocar a cessação do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário” (art. 206). Uma campanha movida pelo Partido Operário, organizado na Capital Federal, levou o governo a suprimir a norma do art. 206 do Código Penal, através do decreto nº 1.162, de dezembro de 1890 (Mattos, 2004, p. 13-4).

No primeiro governo Vargas, o decreto-lei do ano de 1932 tolhia paralisações, determinando punições rigorosas aos grevistas. A constituição de 1937, outorgada no alvorecer do golpe de Estado do mesmo ano, vedava o direito de paralisação aos trabalhadores. O artigo 139 da mesma assinalava as paralisações do trabalho “como recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional” (Apud. Leite, 1988, p.25).

O direito à greve só seria consagrado na carta constitucional de 1946, em virtude do processo de redemocratização após a ditadura varguista e da grande agitação grevista que sacudiu o país, movimentando diversas categorias no biênio 1945-46. Contudo, em que pese essa grande

mobilização, o decreto-lei nº 3070, expedido pelo então presidente general Eurico Gaspar Dutra, em março de 1946, determinava, a rigor, restrições ao exercício de greve (Leite, 1988; Mattos, 2003, p. 25-48 passim).

No ano de 1953, teve repercussão a conhecida greve dos 300 mil em São Paulo. Os trabalhadores se organizaram a partir dos locais de trabalho. Como efeito disso, houve a criação de uma entidade intersindical, o Pacto de Unidade, posteriormente conhecida como Pacto de Unidade Intersindical (Mattos, 2003). Esse movimento caracterizou-se pela retomada das mobilizações operárias após o declínio ocorrido no governo Dutra.

Em linhas gerais, houve um aumento contínuo de greves entre o final da década de 1950 e o golpe civil-militar de março/abril de 1964. Nesse período, embora as reivindicações econômicas prevalecessem na pauta das paralisações, tivemos um crescimento das greves por motivos políticos. Essas mobilizações visavam interferir no processo político brasileiro. Elas reivindicavam não só a efetivação das conquistas trabalhistas, mas também lutavam pela preservação e ampliação da democracia brasileira (Mattos, 2004). Em 1961, as “greves da Legalidade” envolveram diversas categorias que apoiavam a constitucionalidade da posse do vice-presidente João Goulart em razão da renúncia do presidente Jânio Quadros. No ano seguinte, tivemos paralisações de caráter geral em apoio a um gabinete nacionalista e à antecipação do plebiscito, que rezava pela escolha de um novo regime político para o país (Parlamentarismo ou Presidencialismo). Em 1964, assinalamos as greves de resistência ao golpe civil-militar.

Dentre os motivos para o crescimento das paralisações no período assinalado acima está o surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Vejamos as observações de Marcelo Badaró Mattos sobre essas organizações.

(...) Organizações paralelas de base (como as comissões sindicais por empresa), intersindicais (como os pactos e as comissões regionais) ou de cúpula (como o CGT), que representavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 30 e 40.

Ir além, em alguns aspectos, dos limites da estrutura sindical oficial não significava opor-se integralmente a suas características. O controle do Ministério sobre os sindicatos e as restrições ao direito de greve foram condenados. Já a unicidade sindical, o monopólio da representação e o poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical)

eram não só aceitos como, em certos casos, defendidos (Mattos, 2003, p. 44-5).

Entretanto, após o período de crescimento das paralisações, o governo militar, em 1964, decretou a lei nº 4.330, a “lei antigreve”, que praticamente inviabilizava a atividade grevista no país. Para que os trabalhadores realizassem suas greves, o decreto-lei determinava: notificação do empregador, quorum, publicação de editais, realização de assembléia presidida por funcionário do Ministério do Trabalho, instauração do dissídio coletivo por intermédio da justiça do trabalho. Além disso, as reivindicações deveriam ser estritamente econômicas, tornando, portanto, ilegal greves deflagradas por motivos políticos e religiosos. O não cumprimento das exigências acima previa pena de reclusão de seis meses a um ano e multa. Os militares também recorreram à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O artigo 723 da mesma exigia a autorização de um tribunal regional do trabalho para a organização das greves. A punição prevista para greves não autorizadas era a “suspensão ou demissão do trabalhador grevista sem indenização, o afastamento da liderança sindical, pesadas multas e até mesmo o puro e simples cancelamento de reconhecimento legal do sindicato” (Alves, 1989 Apud Freitas, 1993, p.89).

Na história brasileira, as restrições legais ao direito de greve sempre provocaram grande transgressão aos seus preceitos por parte dos trabalhadores (Leite, 1988). Isso aconteceu, por exemplo, em 1968 com as greves nas cidades de Contagem-MG e Osasco-SP. Contudo, o desrespeito à rigidez do direito ganhou enorme dimensão com o recrudescimento do movimento grevista no país no triênio 1978-80.

A greve da categoria da construção civil de Belo Horizonte, do ponto de vista histórico, está situada nessa conjuntura, onde tivemos o ressurgimento da mobilização do movimento operário brasileiro que, em que pese as vigorosas restrições vigentes durante a ditadura, ele reconquistou o direito à manifestação grevista por intermédio de suas próprias lutas. Por meio da atividade grevista, eles lutavam contra a restritiva legislação sindical e trabalhista, a superexploração do arrocho salarial, o aumento do desemprego como consequência da política econômica do governo militar.

No âmbito regional, a greve da construção civil ocorreu no interior do movimento operário mineiro de meados da década de 1970. Como os Sindicatos transformaram-se em prestadores de serviço de assistência social e em espaços passivos da aplicação dos índices do governo de reajustes salariais, o conteúdo e a organização deste movimento se deram por meio das representações autônomas nos locais de trabalho. A luta dos trabalhadores mineiros relacionava-se com as condições de vida e de trabalho, que são percebidas como objeto de exploração.

Feitas essas considerações, podemos comentar sobre o nosso interesse pela greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte. No decorrer da graduação no curso de História, sempre causava-nos “estranhamento” a exclusão dessa greve, bem como a de outros movimentos grevistas ocorridos no ano de 1979, das narrativas oficiais, patrocinadas pelo município de Belo Horizonte ou pelo governo de Minas Gerais, que tratam da história da capital mineira. Ainda que sublinhemos os esforços de alguns na elaboração de filmes-documentário e pesquisas acadêmicas a respeito da greve da construção civil, a rigor, apenas pequenas notas e crônicas jornalísticas lançam luz ao movimento de 1979. Este, portanto, é tão pouco mencionado que apontamos esse silêncio como sintoma da marca conservadora e homogeneizadora que caracteriza a memória oficial belo-horizontina.

Belo Horizonte, como bem comenta Le Ven (1997), é a “cidade jardim”, a cidade nascida sob o signo da modernidade, dos comícios das Diretas-já, dos festivais de teatro de rua, dos jogos de futebol no Mineirão. No entanto, lembramos que a cidade também é a da marcha da família com Deus pela Liberdade, da conspiração contra o governo de João Goulart em 1964, das prisões e torturas no regime militar, da exclusão da população pobre e trabalhadora, do silêncio sobre as greves de 1979.

O operário da construção civil, Orocílio Martins Gonçalves, morto pela polícia em 30 de julho de 1979, durante o movimento paredista da categoria, não recebeu nome de praça ou rua. A manifestação não ocupou os painéis, colocados nos pontos de ônibus da capital mineira, que visam “reviver acontecimentos marcantes”, nem sequer recebeu menção oficial durante o ano do

centenário da cidade.

Nesse sentido, o tema a que nos propomos examinar torna-se relevante na medida em que procuraremos, em primeiro lugar, ir além da memória oficial da cidade, que não contempla acontecimentos tão marcantes como, por exemplo, a manifestação da construção civil. Em segundo lugar, acreditamos que o estudo da atividade de memória dos trabalhadores e a greve que protagonizaram pode trazer novas contribuições à literatura sobre o tema, ampliando o conhecimento acerca do movimento sindical brasileiro do final da década de 1970.

Temos como objetivo geral analisar a construção da memória de um grupo de trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, tendo como centro a sua participação na greve deflagrada pela categoria no ano de 1979. Trabalhamos com os seguintes objetivos específicos: 1º) relacionar a greve ao contexto político-econômico e social brasileiro do final da década de 1970; 2º) reconstituir o dia-a-dia da paralisação dos operários por intermédio dos relatos dos entrevistados e dos registros jornalísticos da época; 3º) examinar como as narrativas orais dos entrevistados são constituídas no espaço tanto físico quanto social, assim como no da cidade de Belo Horizonte; 4º) analisar as imbricações do movimento grevista para a constituição da “identidade operária” desse grupo e 5º) analisar as relações entre o trabalho de memória do grupo e os quadros sociais, como a família, o grupo religioso, a atividade política, etc.

Além disso, trabalharemos com algumas hipóteses que nos serviram de fios condutores. São elas: 1º) acreditamos que as lembranças dos trabalhadores acerca da greve de 1979 contribuíram e/ou contribuem para a constituição de uma identidade entre esses indivíduos; 2º) embora o movimento grevista não tivesse efetivamente resultado em ganhos materiais para a categoria, ele permitiu a articulação de trabalhadores que estavam descontentes com a atuação da diretoria do seu sindicato, visando a construção de uma alternativa política àquela situação; 3º) o trabalho de memória dos entrevistados articula a mobilização aos processos de construção, apropriação e uso do espaço tanto físico quanto social do sindicato da categoria; 4º) a forma de atuação dos grevistas no

decorrer daquela mobilização é reveladora de um modo específico de luta de classe.

Abordagem teórico-metodológica

Nesta seção, organizamos nossa exposição na seguinte ordem : inicialmente, trataremos das questões teóricas que nos servem de suporte para o desenvolvimento da pesquisa, como as ligadas à memória, à História Social do Trabalho e à bibliografia a respeito do operário da construção civil. Em segundo lugar, no plano metodológico, faremos algumas considerações sobre a História Oral, sendo esse item seguido pelo perfil dos entrevistados e pelo trabalho de campo.

Quando abordamos a greve deflagrada pelos operários da construção civil, o referencial de análise utilizado é a memória, no seu caráter social. É pertinente, por isso, dissertarmos acerca desse campo do conhecimento. O interesse contemporâneo a respeito dele, de certo modo, justifica a ementa do programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A memória, no correr do século passado, despertou interesse em diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Psiquiatria, a Biologia, Psicanálise, História, Sociologia, Antropologia (Wehling e Wehling, 1997). Hoje, observamos um grande interesse pela memória social dentro das Ciências Sociais e Humanas. Como observa Souza Júnior (2003 p.27):

Para muitos estudiosos (Le Goff, 1990; Santos, 1998; D' Alessio, 2001; entre outros) esse fato decorreria de um momento histórico de crise das ideologias, aceleração do tempo e compressão dos espaços em grande parte responsáveis pelo que Huyssen (2000) chama de “sedução da memória”.

Além disso, Bosi (2004) comenta que esse interesse recente pela memória nas Ciências Humanas tem a ver com a necessidade de enraizamento. “Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade” (Bosi, 2004, p.16). Nesse sentido, Pollak (1992) investiga a

relação entre a memória e a identidade social, chamando a atenção para o fato de que a memória tem um papel fundamental na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva. No seu artigo intitulado “*Memória e Identidade Social*”, o autor sustenta que memória e identidade não devem ser compreendidas como manifestações de alguma essência do indivíduo ou do grupo, mas sim fenômenos que se constroem socialmente e que, portanto, não estão isentos de mudanças desenvolvidas em virtude das “preocupações pessoais e políticas do momento” (Pollak, 1992, p.201).

O autor vai mais adiante e indica que a memória dos indivíduos é resultado de uma organização, ou melhor, de um trabalho de enquadramento. Esse trabalho tem seus “historiadores” ou guardiões da memória de um grupo cuja função é selecionar lugares, acontecimentos, imagens, personagens do passado, salvaguardando para que essa seleção contribua para manter a coesão dos grupos e definir oposições em relação a outras coletividades. Essas duas funções essenciais da memória social, portanto, fornecem um quadro de referências às memórias individuais por intermédio do trabalho de enquadramento. Este, contudo, tem limites e não pode ser constituído arbitrariamente. Ele deve preencher alguns requisitos de justificação.

Pollak, no decorrer do artigo, enumera os elementos constitutivos da memória. Primeiro, os acontecimentos vividos pessoalmente. Segundo, os acontecimentos vividos “por tabela” ou memória herdada, isto é, são lembranças que não se localizam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo; no entanto, porque pertencem ao grupo a que a pessoa está vinculada, se transformam em quase conhecidas. Terceiro, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui, também podemos falar em personagens freqüentados por tabela. E, por último, os lugares de memória, ou seja, lugares que se ligam particularmente a uma lembrança. Nesse caso, é oportuno discorrer sobre Pierre Nora.

Para ele, os lugares de memória nascem e se generalizam no momento em que se verifica que não existe memória espontânea e, que, nesse sentido, é preciso criar arquivos, “manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas

operações não são naturais” (Nora, 1993, p.13). Em seguida, ele comenta: “eles (lugares de memória) são rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que se dessacraliza (...) sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (idem, ibidem). Por fim, Nora (1993) diz que a razão de ser desses lugares é: “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial (...)” (Nora, 1993, p. 22).

Pensando, agora, no plano da memória e sua estreita vinculação com as imagens fotográficas, estas podem ser consideradas monumentos que:

“[...] traduzem valores, idéias, tradições e comportamentos que permitem tanto recuperar formas de agir dos diferentes grupos sociais, em diversas épocas históricas, como também operar sobre as representações que deles, ainda hoje, perduram e atuam como elemento de coesão social” (Ciavatta, 2002, p.7).

Nesse caso, atuando como um monumento, a fotografia, de acordo com a indicação de Cardoso & Mauad (1997), impõe ao pesquisador (no caso deles, historiador) a tarefa de analisar a criação de uma memória que procure legitimar uma determinada imagem do passado que um grupo social qualquer quer reter sobre si mesmo para futuro.

As análises sociológicas sobre a memória já possuem mais de um século de tradição. Elas se caracterizam por procurarem, a sua maneira, explicar a memória inter-relacionando os conceitos de indivíduo, sociedade e tempo (Santos, 1993).

O campo de pesquisa que define a memória como uma construção social tem como expoente o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1944), que pensa a memória “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (Pollak, 1992, p. 201). O sociólogo afirma, em conhecida passagem, que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.(1990,

p.51). Dessa forma, Halbwachs acredita que a memória de um determinado grupo social se desenvolve num quadro espacial. Para ele, a memória teria uma função social “exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra” (Bosi, 1998, p. 63). O francês observa isso no seu livro, “*Les cadres sociaux de la mémoire*”, publicado pela primeira vez em 1925. Ecléa Bosi, a respeito do livro de Halbwachs, afirma que:

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

[...]

Dando relevo às instituições formadoras do sujeito, Halbwachs acaba relativizando o princípio tão caro a Bergson, pelo qual o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia. Ao contrário, o que o sociólogo realça é a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória. (Bosi, 1998, p. 54)

Portanto, a idéia central do pensamento do sociólogo francês no seu estudo sobre a memória consiste em seu postulado de que pensamos ou rememoramos por intermédio de quadros sociais da memória. A hipótese da memória coletiva só ganha sentido de acordo com esta dupla condição cuja relação é recíproca: lugar social e dimensão temporal presente.

Em seu último trabalho “*A Memória Coletiva*” (1950), publicado após sua morte, Halbwachs abandona o conceito de memória coletiva, como expressão de grupos reais e passa a trabalhar com o de memória enquanto construção sócio-cultural. Entretanto, ele crê que, mesmo que esses quadros estejam ausentes, a memória permanece coletiva por intermédio de categorias de pensamento.

As nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26).

Por outro lado, as abordagens psicossociológicas criticaram a determinação das esferas

coletivas sobre o trabalho de memória dos indivíduos (Santos, 1993). A memória, enquanto uma atividade coletiva seria concebida como ação do indivíduo na sociedade. Os trabalhos mais conhecidos nessa linha são os do psicólogo inglês Frederic C. Bartlett. A idéia central é o nexo entre o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho de memória: o conceito de “convencionalização”. Este funcionaria na mediação entre passado e presente e seria a condição necessária para que os indivíduos pudessem lembrar. “A convencionalização é, a rigor, um trabalho de modelagem em que a situação evocada sofre no contexto de idéias e valores dos que a evocam” (Bosi, 1998, p. 66).

Ao questionar as posturas mais rígidas que sublinham a reconstrução do passado no presente, ou a determinação do passado no presente, Myrian Santos crê que “a memória - em sua pluralidade: percepção, manutenção, reconstrução e aprendizado em relação ao passado - pode significar tanto controle quanto emancipação” (Santos, 1993, p. 72)

De acordo com o exposto, podemos pensar que a memória social não se constrói sem a participação dos indivíduos que lembram. Souza Júnior (2003) pensa que as memórias sociais se constituem por intermédio de um processo de ressignificação cultural elaborado através de símbolos em que o “agente” que rememora só reconhece como reais objetos acessíveis a sua compreensão. “A memória não é uma mera mantenedora de laços estáveis, mas como processo criador intimamente ligado às condições de existência e às experiências do passado” (Santos, 1993, p. 77).

Por conseguinte, no comentário de Santos (1993), a memória social resultaria tanto da ação dos indivíduos como da influência de “estruturas simbólicas anteriores”. Ao refletir sobre os textos de Santos (1993) e Benjamin (1985), Souza Júnior acredita que a memória:

[...] cumpriria um papel fundamental de “fio condutor”, ligando os eventos do passado aos do presente. Destarte, não concebemos o passado como projeção do presente, pelo contrário, pensamos a reminiscência enquanto um encontro entre momentos distintos que se determinam mutuamente. (2003, p.16)

Pensando na multiplicidade de memórias que um evento pode suscitar, Portelli (1996), no ensaio “*O massacre de Civitella Vila de Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*” crê que ela é um fenômeno plural, isto é, irreduzível a uma única e simples explicação. O autor, apoiado nos argumentos de Giovanni Contini, pensa a memória como dividida. Em outras palavras, as memórias são várias numa sociedade; muitas delas em disputa, mas “todas, de uma forma ou de outra ideológica e culturalmente mediadas” (Portelli, 1996, p.109).

No que se refere aos estudos sobre movimentos e classes operárias, pensamos que a proposta teórica do historiador inglês E. P. Thompson parece mais adequada aos objetivos da nossa pesquisa, uma vez que coloca em destaque a tese do fazer-se historicamente das classes sociais. Prestemos atenção no que o próprio Thompson diz no primeiro volume da sua clássica obra “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima histórica, como na consciência. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns herdadas ou compartilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (Thompson, 1997, p. 9-10).

Como consequência dessa passagem, Thompson se distancia dos esquemas explicativos que afirmam como determinadas pelas condições materiais concretas as formas de atuação coletiva dos trabalhadores. Marcelo Badaró Mattos comenta que a perspectiva teórica de Thompson:

[...] privilegiou a investigação da racionalidade própria de cada movimento ou forma de organização, partindo de uma análise das motivações dos que deles participam, tomando em conta a leitura própria que os atores coletivos fazem do contexto em que vivem com base em seus referenciais culturais e morais compartilhados.(Mattos, 1998, p. 26)

Portanto, é inegável que o trabalho de Thompson apresenta novas perspectivas para a compreensão da formação e atuação dos trabalhadores, possibilitando aos pesquisadores um campo

maior de possibilidades de análise.

No caso das greves, a discussão de Blass (1992) é muito útil. Navegando contra a corrente dos trabalhos sobre paralisações grevistas no Brasil que privilegiam formas de abordagem em que as representações dos grevistas são vistas de modo nulo ou quase nulo, a autora – influenciada pelos trabalhos de Michelle Perrot - concebe a greve como um instrumento de *pressão e expressão* político e cultural das classes trabalhadoras. As ações coletivas das categorias operárias, implementadas desde os preparativos até seus desfechos finais, expressam formas particulares de lutas de classe.

A greve, nesse sentido, é um campo aberto das vivências cotidianas dos grevistas em que podemos apreender “o modo de vida, práticas de trabalho, tradições culturais e de luta de um determinado grupo de trabalhadores, assim como sua cultura política construída no cotidiano” (Blass, 1992, p.15). Blass, em síntese, não só apresenta os limites da produção acadêmica brasileira sobre greves, como também propõe um novo modo de abordar as experiências de luta - entre elas, a greve -, levando em conta a sua dupla perspectiva – *pressão e expressão* – conforme se apresentam num determinado pano de fundo histórico.

A bibliografia cujo tema específico é o operário da construção civil começa no final da década de 1970 e início da de 1980. Em termos de recorte cronológico e de espaço, os trabalhos debruçam-se sobre os operários da região centro-sul brasileira e abarcam quase meio século, do início da década de 1960 até a de 1990. A maioria dos temas clássicos investigados no mundo do trabalho está presente: a origem dos trabalhadores, a representação que os próprios trabalhadores têm de si mesmos e a dos outros sobre eles, a organização da categoria, atividade sindical, o processo de trabalho na indústria da construção civil, a luta reivindicativa neste ramo da produção.

Consoante aos trabalhos sobre o movimento operário e sindical brasileiros elaborados a partir dos anos 80, a interdisciplinaridade é também uma das características das pesquisas acerca dos operários da construção civil. Embora apenas uma pesquisa tenha sido produzida no âmbito da História, concentrando-se as outras nas áreas da Ciência Política, da Sociologia do Trabalho e da

Educação, elas têm um forte componente histórico, utilizando-se de documentos escritos (jornais da grande imprensa e dos sindicatos) e orais (memórias dos operários) e referências teórico-conceituais da História, como, por exemplo, os do historiador inglês E. P. Thompson (a utilização da obra de Thompson caracteriza os estudos a respeito do movimento sindical e operário originários dos anos 80). No plano metodológico, os trabalhos são influenciados pelo impacto da História Oral no âmbito das Ciências Humanas brasileiras nos anos 70, tendo nos cientistas sociais seus primeiros utilizadores, bem como pela abordagem antropológica quando do recurso à observação participante e da opção por pequenos grupos.

A seguir, procuraremos apresentar as linhas gerais de alguns estudos específicos a respeito da categoria da construção civil, enfatizando suas considerações sobre as mobilizações grevistas nessa categoria.

Constatando a inexistência de trabalhos na literatura sociológica com relação a determinados setores da economia urbana que absorvem grande parcela de migrantes rurais, como a indústria da construção civil, Coutinho (1980) estuda um grupo de operários de origem rural, empregados na construção habitacional na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, a partir de meados da década de 1970, visando analisar a motivação da migração dos operários para a região da Grande Rio e as condições de integração deles ao mundo urbano.

Ao contrário das teses sociológicas que salientam o aspecto da ascensão social como o principal argumento para migração para os centros urbanos, o autor verifica no grupo estudado a estreita articulação entre a busca da sobrevivência econômica e a decisão de migrar. O migrante vê na vida urbana uma perspectiva de melhora das situações de vida e de trabalho presentes no mundo rural. Devido ao baixo grau de escolaridade formal desse migrante e à pouca qualificação exigida pela indústria da construção civil, o canteiro de obra absorve um grande contingente desses migrantes, transformando-se no espaço onde ele integra-se à sociedade urbana e orienta suas aspirações nela dentro das perspectivas oferecidas por este ramo da produção.

Além disso, Coutinho (1980) constata um distanciamento entre os operários da construção

civil e seu órgão de classe. Este é concebido como uma entidade prestadora de serviços e não organizada pelos operários. A presença pouco freqüente do Sindicato nos canteiros também é mencionada. Segundo ele, tal presença é, em parte, limitada pelas empresas.

No trabalho “Construtores de Brasília”, Souza (1983) estuda a formação da consciência de classe dos operários da construção civil brasileiros em duas conjunturas distintas a partir das representações de um grupo de operários. Ela recorre à palavra dos “candangos” como forma de examinar os limites da consciência de classe destes por intermédio de suas experiências históricas, “vivas num determinado momento e suas percepções individuais sobre sua situação de classe hoje” (Souza, 1983, p.29).

No primeiro período, compreendido entre o final da década de 1950 e início da de 1960, período da construção e da inauguração da nova capital federal, a autora assinala a participação efetiva dos operários em várias mobilizações, dentre as quais se destacam mobilizações grevistas e o movimento que culminaria, no final da década de 1950, na criação do Sindicato da categoria. Depois do golpe de 1964, a ação repressiva dos militares contra a categoria provocou a intervenção de seu Sindicato, bloqueando qualquer forma de mobilização. Em consequência, o Sindicato sofre um reordenamento, ficando suas atividades restritas ao nível da assistência jurídica e médico-odontológica.

No momento em que realiza as entrevistas e o trabalho de campo – fevereiro a julho de 1978 -, ela aponta vários obstáculos à organização da classe derivados da própria indústria da construção civil e da violenta repressão militar. Primeiro, a alta circulação dos operários da construção civil – elemento estrutural deste ramo da produção – e a preferência das construtoras por trabalhadores não-sindicalizados; segundo, a inexperiência da vida sindical e a alienação política entre os operários entrevistados devido ao distanciamento entre estes e o seu órgão de classe; por fim, Souza (1983) afirma que a repressão desencadeada contra os trabalhadores brasileiros provocou um silêncio e uma representação negativa das greves da categoria, eclodidas no final dos anos 50, na memória daqueles que as vivenciaram. A conjugação de “repressão” e manipulação ideológica dos

meios de comunicação de massas produziram entre os entrevistados uma memória sobre as greves que reunia ao mesmo tempo algumas imagens positivas das lutas salariais e visões distorcidas da própria ação da categoria (“baderna”, “violência”). Segundo ela, a mensagem ideológica pós-64 foi eficiente entre os entrevistados na medida em que “internalizou o medo inibidor da ação operária, abrindo caminho para a penetração ideológica do poder dominante” (Souza, 1983, p.173). Tal quadro acentuava-se em virtude da falta de um Sindicato “verdadeiramente representativo dos operários” que tivesse capacidade de anular certas mensagens ideológicas das classes dominantes.

De acordo com o objetivo proposto, Souza (1983), recorrendo aos depoimentos orais dos operários e influenciada pela obra teórica do autor marxista Georg Luckács e pela noção marxiana de “classe em si” e “classe para si”, constata que os operários brasileiros estavam submetidos a uma “falsa consciência de classe” imposta pelos mecanismos ideológicos da classe dominante. Contudo, a apatia dos operários diante do processo de perdas financeiras e de exploração do trabalho, a nosso ver, parece ser elaborado pela autora a partir de um modelo determinado de desenvolvimento da “consciência de classe”, tendendo a reduzir a experiência dos trabalhadores a um simples caso de manipulação ideológica. Os depoimentos orais são empregados no sentido de reforçar as coerções sociais e, portanto, estando bem distantes da tentativa de apreender o significado dos silêncios dos operários que passaram por situações de violência quando do golpe de 64.

Sem negar os efeitos negativos causados pela violência levantada contra os operários da construção civil de Brasília e pela intervenção no sindicato para a sua mobilização, cabe ressaltar que as lembranças das lutas anteriores talvez estivessem presentes em 1979, um ano após a pesquisa de Souza (1983), quando pelo menos 15 mil operários da construção civil da cidade de Brasília entraram em greve, reivindicando aumento salarial. No primeiro dia de paralisação, sob a vigilância de um forte aparato policial e militar, os grevistas promoveram uma grande passeata pela capital federal, passando pelos centros dos poderes políticos brasileiros.

Utilizando-se de jornais da imprensa escrita carioca da época, Valladares (1985) procurou

examinar os quebra-quebras dos operários em 09 canteiros de obra do metrô da cidade do Rio de Janeiro, em 1978. Seu objetivo era “discutir o significado e a eficácia dos quebra-quebras enquanto forma de luta” (Valladares, 1985, p.67). Os quebras promovidos pelos trabalhadores do metrô parecem ter estimulado uma onda de paralisações de colegas de outros estados no decorrer do ano seguinte. Entre janeiro e agosto de 1978, os operários de 09 canteiros do metrô carioca revoltaram-se contra a péssima qualidade e a falta da alimentação fornecida pelas empresas por meio de quebras nas cantinas e em outras instalações dos canteiros. O movimento não reivindicava salários nem questões relativas à jornada de trabalho. Do mesmo modo que Coutinho (1980), a autora salienta a origem migrante dos operários e o distanciamento do Sindicato carioca dos seus representados. De acordo com números mencionados por ela, apenas 100 entre os 14.000 operários do metrô eram sindicalizados.

Da outra parte, temendo a intensificação da revolta dos operários e pressionados pela Cia. do Metropolitano em virtude de um possível atraso no cronograma das obras, as construtoras reformaram os alojamentos e melhoraram a alimentação. Nesse sentido, Valladares (1985) conclui que as ações violentas constituíram-se numa forma eficaz de protesto. Refletindo sobre o texto dessa autora, Mattos (1998) assinala que “(...) as seqüências de quebras similares, em seu ritual e alvos, demonstra que aí também existia uma lógica na ação coletiva. As demandas seriam reconhecidas, no momento em que as empreiteiras reformaram instalações e melhoraram os serviços” (Mattos, 1998, p.111).

No plano regional, a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979 despertou o interesse dos pesquisadores mineiros pelo tema operário da construção civil. A partir dos anos 80, quatro trabalhos foram produzidos nos departamentos de pós-graduação em Educação, Ciência Política e História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ou em obras coletivas também publicadas nessa Universidade. As pesquisas referiam-se direta ou indiretamente à greve de 1979. Assim, a greve de 1979, pelo menos ao nível regional, parece que se tornou um marco para o desenvolvimento de trabalhos que tivessem como objeto a categoria da construção civil.

Na sua dissertação de mestrado em Educação, Furtado (1984) propõe compreender a formação da classe trabalhadora da construção civil de Belo Horizonte por intermédio dos caminhos encontrados pela própria classe no sentido de organizar-se. Evidentemente, a dissertação é influenciada pela linha de investigação de E. P. Thompson, já que se centra sua análise no “fazer-se” da classe nos processos sociais em que estão inseridos.

A pesquisa resulta da discussão e reflexão entre pesquisadores do grupo de educação popular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e alguns trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte que participaram da greve de 1979, moradores da Vila Cafezal. Quando estuda a categoria, ela verifica que a organização da mesma nasce das necessidades reais e das relações de trabalho. Essa organização, ou melhor, “a consciência clara da necessidade de se organizar” veio à tona durante a greve de 1979. Nesse sentido, a mobilização dos operários cumpriu um papel altamente educativo porque “fez com que os operários se conscientizassem da própria força e buscassem meios de se organizarem melhor, desde o momento quase definido em que perceberam a importância da organização” (Furtado, 1984, p. 186). Em suma, a paralisação gerou um forte sentimento de coletividade entre os grevistas, provocando um passo a mais na sua própria formação como operário da construção civil.

Em uma obra mais abrangente sobre os movimentos sociais no estado de Minas Gerais entre fins dos anos 70 e início dos 80, Le Ven (1987) – tributário da linha de investigação trabalhada por Luiz Werneck Vianna, que articula o estudo das relações de trabalho com a política - insere a mobilização dos operários da construção civil no interior da agitação grevista do operariado mineiro em 1979. Essa agitação expressou a afirmação social e política deles. “O que é próprio do movimento operário mineiro desse período é a sua ligação com o mundo do trabalho e sua nova proposta política e social” (Le Ven, 1987, p.27). O professor Michel Marie Le Ven continuaria trilhando os caminhos da greve da construção civil quando orientaria dois pesquisadores que estudaram ou se referiram a respeito desse movimento. Ambos os trabalhos caracterizam-se pelo uso do gênero biográfico, sem atermem-se as possíveis estratégias dos seus entrevistados quando

relatam suas histórias de vida e/ou sobre os temas que lhes são propostos.

O primeiro é Thomazi (1990), que aborda o processo de trabalho na construção civil, mais especificamente o uso da tarefa como controle e intensificação do processo produtivo, na cidade de Belo Horizonte, na 2ª metade da década de 1980. Segundo ele, a tarefa é um contrato informal de trabalho estabelecido entre o empregado e o empregador e que se sobrepõe ao contrato formal já existente. O pesquisador procura estudar o trabalho como um espaço de luta e de possível liberdade dos agentes, mesmo sendo explorados, no enfrentamento das normas, técnicas e controle da organização do trabalho nos canteiros de obras. Para tanto, ele trabalha com a noção thompsoniana de experiência e com os conceitos de representação e auto-imagem. Além da observação participante, aplicou um questionário e entrevistou 21 operários de três canteiros de obras.

O autor constata que o operário está subordinado a um estado de privações: baixa remuneração, ausência de lazer, alimentação insuficiente, condições precárias de moradia (ele sublinha que a moradia desse operário, não raro, localiza-se em aglomerados, vilas ou regiões periféricas das grandes cidades). Por outro lado, observa que o rígido controle nos canteiros de obra e os baixos salários estipulados pelos patrões provocam manifestações individuais de resistência, como, por exemplo, defecar em piso de tábua, urinar nas paredes e banheiras de hidromassagem (sem retirar a tampa do ralo).

No caso das greves, Thomazi (1990) comenta que ela é uma forma de luta repudiada pela maioria dos operários entrevistados. Entretanto, ele indica uma diferenciação de opiniões sobre ela entre os trabalhadores que aceitam a tarefa ou a recusam. Os primeiros repudiam a greve porque nesse período há uma significativa perda de rendimentos com ou sem tarefa. Do outro lado, os últimos são favoráveis às paralisações; no entanto, queixam-se profundamente da ação violenta dos piqueteiros a ponto de vê-los com quem não pertence ao seu grupo. A aversão à ajustes violentos fica mais evidente quando comentam sobre a última experiência grevista da categoria: a greve de 1979. Os operários que participaram dessa greve, responsabilizam as pessoas infiltradas pela violência ocorrida naquela paralisação. Para esses entrevistados, os quebras e a opção pela violência

não são atitudes eficientes ou mesmo utilizáveis para que suas demandas sejam atendidas.

Já o segundo trabalho, desenvolvido por Freitas (1993), estuda as condições de vida e trabalho dos operários da construção civil da capital mineira, assinalando a correspondência dessas às denunciadas no momento da greve de 79. Ela refere-se ao movimento como um momento de revolta e clareza da categoria. Metodologicamente, ela trabalha com a observação participante, entrevista 05 operários de um mesmo canteiro de obra e Francisco Pizarro Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil à época da greve.

Freitas (1993) explica a greve dos operários a partir de uma leitura da teoria de Estado de Thomas Hobbes. A manifestação deles é entendida como um momento de rompimento, pelo menos por um instante, do pacto social como forma de refrear as condições de miserabilidade a que estavam submetidos. “Vivendo no limite entre esse (o Leviatã) e o Estado Natural, optam, ainda que apenas por um momento, pelo homem natural. A paz e o instinto de conservação haviam tornado-se contraditórios e a disposição para a luta todo o tempo fazia-se necessária” (Freitas, 1993, p.104).

No âmbito metodológico, utilizamos a História oral, mais especificamente o procedimento temático. Este, contudo, não exclui as histórias de vida na medida em que elas estejam vinculadas ao tema proposto. Concordamos com o pensamento de Amado e Ferreira (1996) quando elas afirmam que a História oral, entendida como metodologia, pode apenas suscitar questões, mas, de forma alguma, resolvê-las. Dessa forma, essa metodologia proporciona elementos para compreender os modos como as pessoas recordam e constroem suas memórias. A propósito da construção dessas memórias, parece pertinente recorrer aqui às preocupações expostas por dois autores.

O primeiro é Pierre Bourdieu. No artigo “*A Ilusão biográfica*”, o autor assinala que, ao contarem suas histórias de vida, as pessoas tendem a estabelecer um sentido para essas histórias, estabelecendo artificialmente uma coerência entre acontecimentos de suas existências e uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. As histórias de vida, para Bourdieu, são uma

“representação oficial de si”. Os indivíduos biografados tornam-se ideólogos de suas próprias vidas, e o contexto social onde eles agem, em geral, não é levado em consideração.

James (2004), o outro autor, afirma que os testemunhos orais sempre são narrados num tom ambíguo. Embora contribuam bastante para o conhecimento histórico de vários temas contemporâneos, o autor, todavia, observa que as pessoas contam suas histórias, selecionando algumas passagens de tal maneira que essas histórias possam produzir um sentido tanto para si quanto para as pessoas que escutam. Portanto, James (2004) assinala que “hoje em dia, a forma da narrativa oral é considerada freqüentemente tão importante quanto seu conteúdo” (James, 2004, p.292).

Para o recolhimento dessas recordações, utilizaremos, como colaboração técnica, o gravador, já que o mesmo permite captar adequadamente o discurso do informante e/ou seu diálogo com o pesquisador (Souza Júnior, 2003). Ademais, as entrevistas, depois de gravadas, serão transcritas, impressas e revisadas pelo pesquisador e pelo pesquisado. Após a revisão e a correção, elas serão arquivadas para consultas posteriores (Meihsy, 1996).

A realização de entrevistas marca singularmente a história oral. Uma relação de empatia e afinidade, conquistada pelo entrevistador, deve estabelecer-se entre este e o entrevistado (Thompson, 1998). Ao entrevistador, alguns atributos são essenciais: “[...] interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relações a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado” (Thompson, 1998, p. 254).

O entrevistador tenta estabelecer uma relação recíproca com o seu objeto de estudo, que não é tratado meramente como objeto. Nas palavras de Santana (2000):

A relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado é um dos pontos mais ricos na experiência com a história oral. Esta relação, em um contexto de geração de documentos, tem dado bastante colaboração ao relativizar posturas mais rígidas sobre a separação entre sujeito e objeto no campo de pesquisa (Santana, 2000, p.55).

Nesse sentido, a história oral define o entrevistador como parte indissolúvel dos depoimentos orais, criados tanto por este quanto pelo entrevistado. No entanto, corroboramos com a afirmação de Souza Júnior (2003), para quem no ato da entrevista, o pesquisador e pesquisado não têm o mesmo peso na condução da entrevista. O entrevistador é amplamente responsável pela orientação do seu objeto de pesquisa. Orientação essa que abrange desde a formulação do roteiro até o texto final da pesquisa.

Perfil dos entrevistados

Entrevistamos 13 operários durante os anos de 2004 e 2005, sendo as entrevistas realizadas na sede do Sindicato, que se localiza no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte, e nos canteiros de obras situados na capital mineira. As entrevistas foram organizadas a partir de um roteiro dividido em eixos temáticos (Anexo A).

Neste trabalho, verificamos que o perfil dos entrevistados aproxima-se do encontrado pela bibliografia sobre o operário da construção. De um modo simplificado, via de regra, ele é um migrante rural, que enxerga na cidade uma perspectiva de melhora da situação de vida e de trabalho. O canteiro da indústria da construção civil é a primeira opção deste migrante, transformando-se na porta de entrada para o mundo urbano.

De acordo com as entrevistas, os operários saíram principalmente do nordeste do estado de Minas Gerais para Belo Horizonte entre o final da década de 1950 e o início da de 1970. Alguns vieram bem novos, com os pais e irmãos; outros, com esposa e filhos; mas, a maioria migrou sozinha, encontrando parentes já residindo na cidade. Residiam (e ainda residem) nos bairros periféricos ou cidades que compõem a região metropolitana de Belo Horizonte.

Logo que chegaram, excetuando-se três entrevistados, a maioria ingressou diretamente na construção civil, que, no período destacado, apresentava altos índices de crescimento e, conseqüentemente, absorvia grande parcela de pessoas oriundas do campo. Este crescimento era impulsionado pela oferta de crédito, principalmente no período do regime militar, por parte do

Estado, via Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional da Habitação (BNH), em particular, à classe média (Mendes, 1995).

Em geral, para grande parte dos entrevistados, a entrada neste ramo da produção se deu por intermédio da indicação de algum parente ou amigo. Aqueles que não entraram imediatamente num canteiro de obra encontravam-se na condição de vendedores ambulantes.

Osmir tem 59 anos e é o atual presidente do Sindicato. No seu relato, discorreu a respeito da sua origem rural, vindo de Açucena – cidade da região leste de Minas Gerais. A “roça”, segundo ele, é a origem da maior parte dos trabalhadores da construção civil. Ingressou nela em 1971 e, como a maioria, começou na profissão de servente (Anexo B). Hoje, é armador. Entrou no movimento sindical em 1985.

José Maria, 61 anos, é diretor de base do Sindicato. Zé Maria, como é conhecido, era trabalhador rural em Sabinópolis-MG. Lá, relatou-nos, as condições de trabalho eram a própria “semi-escravidão”. Resolveu migrar para a cidade grande, chegando a Belo Horizonte em 1964. No início, morou numa pensão no centro da cidade; depois, na casa de uma prima; e, por fim, alugou um barracão na Pedreira Prado Lopes, um aglomerado de vilas na região central de Belo Horizonte. Nesse período, trabalhou como garçom, camelô até que entrou no mundo da obra no início da década de 70. Filiou-se ao Sindicato da Construção Civil em 1974, mas, por divergências com o então presidente da entidade, Francisco Pizarro Neto, a quem considerava autoritário nas assembleias sindicais, desfilou-se dois anos depois. Voltou ao órgão de classe no ano de 1988.

Zildo Viana também é dirigente sindical. Em 1960, saiu de Mutum-MG, vindo com os pais e irmãos para a capital mineira. Seu pai participou da construção de grandes obras na cidade, como o estádio de futebol “Mineirão” e o Hospital Santa Mônica. Começou a trabalhar em obra no ano de 1968. Há 12 anos é encarregado de eletricista, profissão que exerce nos finais de semana quando requisitado. É sócio do Sindicato desde de 1988. Antes, era sócio do Sindicato dos Eletricistas e Bombeiros. Na condição de observador, participou da primeira eleição após a saída de Francisco Pizarro. No seu relato, comenta sobre a morte do seu pai por acidente de trabalho, afirmando, dessa

forma, sua preocupação com os acidentes nos canteiros de obra.

Francisco nasceu em Mossoró-RN, no ano de 1931. Quando morou em Sapé-PB, viveu a experiência de ser dirigente sindical da categoria da construção civil dessa cidade. Em 1975, veio para Belo Horizonte morar com sua mãe. No entanto, logo se deslocou para a cidade de São Paulo onde trabalhou durante dois anos. Ingressou no Sindicato belo-horizontino durante a ocupação dessa entidade em 1988. Atualmente, é aposentado, mas continua atuando na área sindical na condição de diretor da sub-sede da categoria no bairro Barreiro.

Joaquim (47 anos), saiu de Itagí-mirim-BA para a capital mineira em 1973. Lá, era boiadeiro. Entrou na construção civil no ano seguinte em que chegou, mas só sindicalizou-se em 1990. Hoje, também é dirigente do Sindicato.

José Luiz é paranaense e veio para Belo Horizonte em 1974, ingressando três anos depois na indústria da construção civil. A sua profissão é pedreiro. Tornou-se sindicalizado em 1997.

Raimundo tem 67 anos e nasceu em [Floralia], distrito de Rio Piracicaba-MG. Chegando a BH em 1974, ingressou imediatamente no ramo da construção civil onde atuou como pedreiro e vigia. Atualmente, embora já esteja aposentado, trabalha como porteiro num canteiro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Filiou-se no ano de 2005.

Tendo 57 anos, Manuel é natural de Salto da Divisa-MG, fronteira do estado de Minas Gerais com o da Bahia. Para Belo Horizonte, veio em 1972, entrando imediatamente no mundo da obra. É sócio da entidade desde 2000. É diretor de base do Sindicato e continua trabalhando em obra na condição de pedreiro.

Ranulfo nasceu em Rio Vermelho-MG, em 1943. Lá, era trabalhador rural. Migrou com a esposa e quatro filhos para a capital mineira no ano de 1974 e desde então trabalha no mundo da obra. Não é sindicalizado.

Raimundo Souza tem 59 anos e é natural de Itabira-MG. Ao chegar na cidade, primeiramente, trabalhou numa fábrica de colchão até que, em 1968, entrou na construção civil. Ele disse que já foi sócio do Sindicato entre os anos de 1976 e 77, mas, posteriormente, se desfilou

porque percebeu que o Sindicato abandonara os próprios trabalhadores. Continua trabalhando como oficial.

Lourival tem 60 anos e, atualmente, é técnico em segurança do trabalho. Nascido em Minas Novas-MG, veio para BH em 1955. Trabalhou no comércio e entrou na indústria da construção civil em 1977, já na condição de técnico em segurança. Em 1989, fez parte da chapa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que disputou as eleições do Sindicato da construção civil depois que Francisco Pizarro foi deposto.

Embora já esteja aposentado, Ismar (63 anos) continua trabalhando em algumas obras. Ele é natural de Ouro Verde-MG. Lá, seu pai tinha um pequeno sítio que, segundo ele, foi pouco a pouco sendo invadido por fazendeiros da região. Em 1972, veio para Belo Horizonte onde já se encontravam sua mãe e seus irmãos. No mesmo ano, ingressou direto na construção civil, ramo da produção onde já trabalhavam seus irmãos. É sindicalizado desde 1973. Participou do grupo que, em 1988, depôs Francisco Pizarro da presidência do Sindicato.

Antônio também é aposentado, mas, ao contrário de Ismar, não permanece trabalhando porque realizou uma delicada cirurgia que o impossibilita de fazer esforços mais bruscos. Ele nasceu em Santa Rita do Ouro Preto, em 1943; no entanto, foi criado em Belo Horizonte desde recém-nascido. Começou no mundo da obra em 1961, participando da construção do estádio “Mineirão”. Dos entrevistados, é o trabalhador sindicalizado mais antigo: é sócio desde 1962.

As aproximações: o trabalho de campo

Quando visitei pela primeira vez a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte (STIC-BH), o seu presidente, Osmir Venuto, questionou, num tom aparentemente de brincadeira, se eu era da polícia. Disse que estava recolhendo informações sobre a greve da categoria no ano de 1979 com o intuito de elaborar um anteprojeto para concurso de mestrado. Embora tivesse esclarecido minha visita, apresentei a carteira da instituição universitária

onde me graduei buscando dirimir mais dúvidas.

Em geral, a visita foi positiva. A impessoalidade do primeiro contato, pouco a pouco, transformou-se numa agradável tarde de conversa. O presidente comentou a respeito de sua participação na greve, os pontos negativos e positivos do movimento, a situação atual do operário e da indústria da construção civil em Belo Horizonte. Além disso, exibiu-me o rico acervo de recortes de jornais e fotografias da greve. Em seguida, apresentou-me dois companheiros de diretoria, Zildo e Zé Maria, que também participaram daquela greve. Ainda que se mantivessem mais reservados, a receptividade também foi positiva.

Numa segunda visita, comuniquei minha aprovação no mestrado. Como consequência, apresentei mais detalhadamente os objetivos da minha pesquisa e fiz o convite para as entrevistas. Embora Zé Maria dissesse que não tinha nada de interessante a falar, ele, assim como Osmir e Zildo, concordaram no recolhimento sem restrições dos seus depoimentos orais por meio do uso do gravador.

Enquanto pesquisava os jornais e fotografias do acervo do Sindicato, Zé Maria se aproximou e começou a comentar uma notícia de jornal que anunciava a proposta de salário mínimo do governo Lula. Ele afirmava que a proposta era uma “esmola” e não atendia às necessidades dos trabalhadores brasileiros. Além das críticas ao governo, a notícia serviu para que o diretor comentasse a participação do então líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula, na paralisação grevista dos trabalhadores da construção civil em 1979. A participação de Lula, segundo ele, foi “demagógica” e não contribuiu para um desfecho positivo. Para Zé Maria, ele só veio para controlar os grevistas atendendo um apelo das autoridades da época. Na sua entrevista, ele reafirmou tais críticas.

Ainda no Sindicato, Joaquim, outro dirigente, me indicou alguns locais onde, provavelmente, eu encontraria trabalhadores que participaram da paralisação. O primeiro foi a escola de alfabetização e qualificação profissional do Sindicato. No segundo local indicado, os canteiros de obras da cidade, me convidou para que o acompanhasse às reuniões regulares do Sindicato nesses

locais. Por fim, ele sugeriu a rua São Paulo, região central da cidade, que segundo ele, é local de concentração de trabalhadores que, após suas jornadas de trabalho, esperam seus ônibus para os bairros e cidades da região metropolitana de Belo Horizonte.

Atendendo à sugestão de Joaquim, visitei a escola, localizada na rua Ouro Preto, no bairro Barro Preto. O endereço é a antiga sede do Sindicato dos operários da construção civil. A escola oferece cursos de alfabetização, complementação da escolaridade formal e qualificação profissional. Todos os professores são voluntários e universitários. No prédio, há um enorme quadro com a foto de Orocílio Martins Gonçalves, operário morto na greve de 1979. A secretária disse que a escola recebeu o nome do operário. Nos quadros de aviso, observei dois cartazes com as imagens de dois líderes comunistas, o russo Lênin e o chinês Mao Tsé Tung. Também estava afixado o hino da internacional comunista.

Lá, conversei com Sheila, secretária da escola, que me permitiu expor o motivo da visita aos alunos. Nas salas, tive contato com dois alunos que participaram da greve. Contudo, um rapaz respondeu que, ainda que não tenha participado, conhecia vários colegas que estiveram em 1979. Por meio das conversas com os colegas nos canteiros, soube daquele movimento. Seu nome é Antônio e é encarregado num dos canteiros abertos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele me disse que poderia apresentar alguns companheiros. Dessa forma, marquei uma visita ao seu local de trabalho.

No dia marcado, no entanto, não o encontrei, o que só veio acontecer um dia depois. Na porta do canteiro de obra, como combinamos, ele me apresentou alguns trabalhadores. O primeiro foi Raimundo, que ali trabalhava como vigia do vestiário. Depois, outros operários também chegaram. Como o tempo era curto (estavam no horário de almoço), comentei os objetivos da pesquisa e fiz o convite para as entrevistas. Por outro lado, é importante assinalar que um dos operários fez um pequeno comentário sobre a greve mas um longo discurso acerca das dificuldades de emprego na construção civil em Belo Horizonte. A UFMG, de acordo com ele, era um dos poucos lugares que estava empregando vários trabalhadores. Ao fim da conversa, se dirigindo a

Antônio, o operário disse que dificilmente conseguiríamos deflagrar uma greve naquele canteiro. Respondi que minha intenção não era essa e tentei explicar-lhe novamente os motivos da conversa. Entretanto, a conversa não se desenvolveu e o apito que determinava o fim do horário de almoço logo tocou. Mais tarde, Antônio me apresentou o engenheiro daquele canteiro. Em 1979, era recém-formado e no canteiro onde iniciou sua carreira, disse que a paralisação foi total. Ele recordou alguns momentos da greve, como a última assembléia e o medo da população quanto à paralisação dos operários. Segundo ele, os belo-horizontinos começaram a comprar alimentos em grande quantidade temendo o prolongamento do movimento. Sobre a última assembléia, no estádio do Atlético Mineiro, salientou a “burrice” do então presidente do STIC-BH, Francisco Pizarro, que foi a de procurar dividir os operários em contrários e favoráveis ao desfecho da parede, desencadeando um conflito.

O desemprego também foi assunto numa outra visita ao canteiro. Enquanto esperava um operário que almoçava no bandeirão da Universidade, percebi uma aglomeração de homens na porta do canteiro (na visita anterior, também observei um grande número de homens no local). Ali, um dos homens me perguntou se também estava procurando emprego. Respondi que não. Ele disse que há dez anos não conseguia trabalho com carteira assinada e estava vivendo de “bicos”, como capinar lote. Morava com a irmã no bairro Lindéia, região metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, estava dormindo num albergue próximo à avenida Antônio Carlos. Depois que soube da possibilidade de contratação nos canteiros da Universidade, caminhava a pé diariamente até o campus. Era horário de almoço e ele me falou que havia tomado apenas um café e não tinha perspectiva de almoço. Não só ele como outros que estavam! na porta. No decorrer dessa curta conversa, comentou sobre o processo de contratação no mundo da obra. Ele e os outros homens esperavam na entrada a presença do encarregado para que este levasse suas carteiras de trabalho até o mestre de obra, o responsável pelas contratações. Não havia um horário exato para isso acontecer; talvez no final da jornada, mas não tinha certeza. Contudo, estava na expectativa de ser “fichado”. Conforme me disse, se tivesse um amigo “lá dentro”, as coisas seriam mais fáceis. É interessante

notar que uma placa afixada na entrada da obra informava que não havia vagas.

À medida que conversávamos, os operários chegavam do almoço e, aproveitando o restante do horário, se deitavam sobre papelões e acomodavam suas cabeças em pedras. Alguns jogavam baralho. Um operário aproximou-se daquele trabalhador e lhe informou que o almoço no bandeirão naquele dia era gratuito. Em seguida, outro operário reforçou a notícia tanto para mim quanto para ele. Por fim, este se despediu e se dirigiu até ao restaurante, ao passo que continuei esperando o operário com quem marcara uma entrevista.

Os contatos de possíveis entrevistados foram conseguidos não só por meio de trabalhadores que participaram da paralisação, mas também de operários que estiveram presentes nela. Magneci, outro operário que conheci nas obras da UFMG, me indicou outros grevistas de 79. O trabalho de campo na escola do STIC-BH e nos canteiros de obras me direciona a refletir que as lembranças daquela greve produziram ecos que transcendem seus protagonistas, atingindo àqueles que não participaram. Antônio, o engenheiro e Magneci reforçam essa idéia.

1

CONTEXTO HISTÓRICO

Grande parte dos pesquisadores (Antunes, 1986; Castro, 1986; Hermínia, 1983; Leite, 1988; Mattos, 1998 e 2003; Sader, 1995; Santana, 2001) cujo objeto de estudo são as manifestações grevistas dos trabalhadores brasileiros no triênio 1978-80, referem-se às mesmas como uma “onda grevista”. O núcleo dessa agitação foi a região paulista do ABC, espalhando-se posteriormente para o resto do país. Mattos (1998) observa que essa “onda”, inaugurada em 1978, atravessa a década de 1980, afirmando-se como a mais longa e expressiva mobilização grevista da história brasileira. Ela forneceria as bases que culminariam na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Além disso, outro aspecto do período foi o fato de que as greves foram deflagradas não só pelo operariado industrial, mas também por médicos, bancários, professores, operários da construção civil etc. O objetivo era opor-se à política econômica da ditadura militar. Nas palavras de Marco Aurélio Santana:

O quadro de ascensão do movimento de trabalhadores encontrará o regime militar repensando suas estratégias. O esgotamento do “milagre brasileiro”, catapultado pela alta internacional dos preços do petróleo, e as sucessivas derrotas eleitorais, com destaque para a de 1974, impuseram à ditadura um momento de inflexão e de alteração de rota (Santana, 2001, p.181).

Santana menciona acima o “esgotamento do milagre brasileiro” já na primeira metade da década de 1970. Em virtude do tema da nossa pesquisa, é preciso retornar ao momento em que tal “milagre” foi elaborado.

Após o golpe civil-militar de 1964, o governo militar implementa uma política econômica que atinge negativamente os trabalhadores brasileiros. A partir do final da década de 1960, o país

produz altas taxas de crescimento econômico garantido por meio da “recessão controlada nos anos anteriores, do investimento em infra-estrutura e do subsídio às empresas privadas através da produção de insumos à baixo custo nas estatais” (Mattos, 2003, p.56).

No tocante aos investimentos em infra-estrutura, o desempenho da indústria da construção civil foi altamente positivo. O governo investiu pesadamente no subsetor da construção pesada com a construção de estradas, pontes, ferrovias, unidades industriais, hidrelétricas, usinas etc, transformando o país num imenso canteiro de obras. No subsetor de edificações, embora não fosse o responsável direto pelas construções, o governo era indiretamente o grande organizador deste por intermédio de uma política de financiamento (Mendes, 1995). Como se vê, o governo foi direta e indiretamente o principal responsável pelo excelente desempenho dessa indústria no país.

A política do regime militar de redistribuição e reconcentração dos excedentes da renda em benefício das indústrias estrangeiras, nacionais de maior porte e estatais só foi possível porque ela aplicava medidas de “arrocho” contra os salários dos trabalhadores, conforme sinteticamente antecipei acima ao tratar dos motivos do crescimento da indústria da construção civil durante o “milagre”. Esta medida tinha como um dos seus locais de suporte os Sindicatos, onde as campanhas salariais nada mais eram do que um processo de homologação dos índices de reajuste salarial oficiais.

Logo após o golpe, os militares recorreram à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que “facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nos Sindicatos, vetando candidaturas ou destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores” (Mattos, 2003, p.48). Sob uma brutal repressão, centenas de entidades sindicais sofreram intervenções. Lideranças, particularmente as ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao setor mais esquerdista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e responsáveis pelas mobilizações operárias no período 1946-1964, são afastadas. Em consequência, as atividades dos Sindicatos ficam restritas à assistência jurídica e médico-odontológica. Contudo, apesar da desarticulação dos sindicatos, a atuação de militantes permaneceu

no interior dos locais de trabalho, transformando-se “no campo de uma dura e silenciosa batalha pela rearticulação do movimento sindical” (Gomes, 2002, p. 58).

Com relação aos movimentos grevistas, o decreto-lei nº 4.330, editado em 1º de junho de 1964, na prática, proibia o direito de greve. Este decreto, juntamente com o artigo 723 da CLT, determinavam tantas exigências burocráticas que inviabilizavam as paralisações (Alves, 1989 Apud. Freitas, 1993, p. 89).

Como já dissemos, embora a ditadura militar – por meio de um brutal controle sobre os Sindicatos e de uma política antigreve – tenha reduzido a capacidade de organização e reivindicação dos trabalhadores brasileiros, estes continuaram a organizar e a se manifestar. Dessa forma, o ano de 1968 foi importantíssimo para o movimento operário brasileiro já que tivemos a eclosão de dois movimentos grevistas que procuraram modificar a organização e a atuação do operariado brasileiro.

Em 1968, o “arrocho” salarial aumenta e o governo põe fim à estabilidade no emprego criando um fundo de segurança: o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Visando opor-se a essa política, as mobilizações operárias na cidade mineira de Contagem e na paulista Osasco intensificaram.

Em Contagem, metalúrgicos da siderúrgica Belgo-mineira, em abril de 1968, paralisaram suas atividades e ocuparam a empresa, exigindo um reajuste salarial acima do teto estipulado pelo governo. Os quadros da direção do Sindicato da categoria articulavam-se com grupos de esquerda: Ação Popular (AP) e Corrente Revolucionária e do Comando de Libertação Nacional (COLINA). A mobilização provocou a adesão dos operários da Manesmam e da Belgo-mineira de João Monlevade. Como resultado, a greve atinge cerca de 15 mil operários (Santana, 2001). A intervenção do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, garantindo um abono de 10% aos salários, termina com a greve. Contudo, a resistência de alguns operários com o abono determina uma forte repressão policial contra os grevistas. Numa segunda greve, deflagrada em outubro do mesmo ano, a paralisação durou apenas um dia, sofrendo dura ação policial e resultando na intervenção do Sindicato de Contagem.

Em Osasco, por seu turno, a vitória da oposição no Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, em 1967, intensificou a luta contra o arrocho salarial e pela reformulação da estrutura sindical. A oposição, cujos membros militavam em organizações de resistência armada contra a ditadura militar, nascera nos locais de trabalho a partir das comissões de fábrica. No ano de 1968, o Sindicato promove greves, visando “ocupar fábricas de formas sucessivas, estendendo para toda Osasco e depois São Paulo” (Santana, 2001). Contudo, a reação da ditadura conjugou negociação e repressão, sendo o Sindicato ocupado e a intervenção decretada. As lideranças do movimento foram perseguidas e presas. No final do ano, no dia 13 de dezembro, a ditadura decreta o Ato Institucional nº5 (AI-5), inaugurando uma nova fase de enquadramento dos Sindicatos brasileiros.

Apesar da dura repressão aos movimentos de Osasco e Contagem, estes introduziram novas formas de ação e organização fundadas nos locais de trabalho. Lutavam não só contra a política estatal para os trabalhadores, mas também contra o princípio de controle do governo sobre as entidades sindicais. Estas propostas de modificação retornariam ao espaço político brasileiro no final da década de 1970.

As primeiras manifestações aconteceram em fins de 70, na região do ABC paulista: pólo desenvolvido do capitalismo brasileiro, onde eram implantadas modernas indústrias transnacionais. Os operários dessa região, responsáveis pela produção do vertiginoso crescimento da economia brasileira, recusavam-se agora a aceitar o ônus da diminuição desse crescimento (Antunes, 1986). Em 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema inicia uma campanha de mobilização pela reposição das perdas salariais de 1973 e 1974. Essa campanha era motivada por um relatório secreto do Banco Mundial, divulgado pelo jornal “Folha de São Paulo”, que concluía que o governo brasileiro manipulava os índices de inflação, que, por sua vez, determinavam os reajustes dos salários. A partir da divulgação do relatório, o Sindicato solicitou uma pesquisa ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), que desde o início da década de 1970 já denunciara a manipulação dos índices, a fim de investigar o grau de distorção que os salários dos trabalhadores sofreram. A campanha pela reposição das perdas

salariais ganhou adesão de vários Sindicatos (Sader, 1995). No entanto, o governo não atendeu as reivindicações dos trabalhadores.

Em 1978, um grande movimento grevista eclodiu no Brasil, tendo início no próprio ABC. A greve dos trabalhadores da Saab-Scania, em maio daquele ano, demonstrava o repúdio ao achatamento salarial e à legislação sindical autoritária da ditadura, que conduzia “pelo alto” o processo de abertura política. Nesse ano, ocorreram mais de cem greves. Em 1979, a agitação grevista espalhou-se para outros estados do país, atingindo outras categorias. “O fato é que, de uma só vez, os trabalhadores colocavam em xeque tanto a política salarial quanto a política antigreve do governo, chocando-se com o conjunto da política de arrocho empreendida de longa data pela ditadura militar” (Santana, 2001, p.185).

Nesse período, as manifestações operárias, na sua maior parte, são encabeçadas pelo movimento “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”, que pretendia uma ruptura com as práticas sindicais identificadas como “velhas”, pelegas, atreladas ao governo. As velhas práticas abarcavam tanto o período pré-64 quanto o pós-64: momento das intervenções estatais em vários Sindicatos. Comentando acerca da corrente dos “autênticos”, Sader (1995) escreve que:

A particularidade que marcou a corrente dos “autênticos” foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las pelo interior do aparelho sindical. Tratou-se de uma operação das mais delicadas. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambigüidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade (Sader, 1995, p.182).

O “novo sindicalismo”, em linhas gerais, se destacava pela crítica ao modelo de organização sindical estatal, que aplicava índices oficiais de reajuste salarial e cuja organização afastava-se das bases operárias. Sua linha de atuação pautava-se pela liberdade e autonomia sindicais.

Por outro lado, pesquisas acadêmicas que foram produzidas em grande parte na década de 1990, privilegiando as rupturas e continuidades na história do movimento sindical brasileiro, chegaram a interpretações alternativas àquelas hegemônicas sobre o “novo sindicalismo”. Santana

(1998), como exemplo, diz que a idéia de ruptura entre o “velho” e “novo” sindicalismo foi resultado da confluência entre o meio acadêmico e a dinâmica do movimento político-sindical brasileiro do final da década de 1970. A partir dessa relação, desenvolveram-se os principais marcos que determinaram a idéia de passado e presente no movimento sindical brasileiro. A idéia de ruptura com o “velho”, portanto, cumpriu um importante papel no processo de constituição da identidade do “novo sindicalismo”.

Minas Gerais e o “Milagre brasileiro”

Na década de 1970, tivemos no estado de Minas Gerais uma versão regional do “milagre brasileiro” (Le Ven, 1987). A estrutura produtiva mineira sofreu profundas transformações, promovendo um significativo crescimento econômico. Por meio de uma política de incentivos fiscais e infra-estruturais, o governo estadual transformou o estado num excelente local para o capital internacional. A montadora Fiat instala-se no novo distrito industrial da cidade de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte; uma nova indústria siderúrgica (Açominas) é instalada na cidade de Ouro Branco.

Em Minas Gerais, paralisações não ocorriam desde 1968, ano da greve dos metalúrgicos da cidade de Contagem. Assim como no restante do país, os trabalhadores e Sindicatos mineiros também sofreram uma rigorosa vigilância do governo militar e dos patrões. Dez anos depois da última mobilização no estado e apesar da continuidade da repressão aos órgãos sindicais, os metalúrgicos da siderúrgica Belgo-Mineira da cidade de João Monlevade e da Fiat de Betim paralisaram suas atividades. Le Ven (1987) afirma que essas duas greves tiveram uma repercussão política extremamente educativa porque abriram caminho para as manifestações grevistas de várias categorias em 1979, que retomariam a mesma pauta de reivindicações do ano anterior: aumento salarial, melhores condições de vida e trabalho e maior representatividade nos locais de trabalho.

Furtado (1996) assinala a conexão entre as estratégias de mobilização do movimento operário mineiro no final da década de 1970 e ao longo da de 1980 e as explicitadas pelo operariado nacional.

São pujantes e inequívocas as evidências de uma grande articulação entre tendências diferenciadas presentes no interior do movimento e as tendências citadas anteriormente quanto ao cenário nacional. Percebe-se, ao final dos anos 70 e ao longo dos 80, um progressivo movimento de crescimento da organização e das estratégias de mobilização das classes trabalhadoras que tem como ponto de partida a ampliação do apelo às bases (Furtado, 1996, p.30).

“BH, a capital das greves?”. Com essa manchete, o jornal “Diário da Tarde”, de 25 de julho de 1979, noticiava a grande agitação grevista na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo Le Ven (1987), são pontos comuns dessas paralisações o caráter de massa e a organização espontânea dos trabalhadores, que se inicia a partir dos locais de trabalho.

As lutas se dão a partir das condições reais e objetivas da vida do trabalho e da cidade, que são percebidas como objeto de exploração. Elas nascem dos próprios trabalhadores, e não somente do clima de abertura política ou da crise que se anuncia. É afirmada a identidade de classe em geral e, mais ainda, da categoria ou da fábrica, significando que a luta econômica e sobre o trabalho é fundamento do movimento e não alguma direção político-partidária. A organização do movimento depende dos trabalhadores, com ou sem seus sindicatos, conforme seu grau de identificação com a classe. Essa organização se dá na forma de assembléia e de comissão. Enfim, o movimento operário é político, porque realiza o reencontro da fábrica (ou local de trabalho com a política (negociação, pressão, lutas e acordos, e não mais a simples aplicação de reajustes), porque dá um novo conteúdo à política, como sendo as condições concretas da vida e, enfim, porque contesta o Estado autoritário que se arrogava o direito de controlar todo o social (Le Ven, 1987, p.35).

Em números, aproximadamente, 400.000 trabalhadores e trabalhadoras mineiros cruzaram os braços naquele ano, a saber: metalúrgicos e siderúrgicos, professores públicos, motoristas e

trocadores de transporte coletivo, comerciários, funcionários de hospitais, bancários, estudantes universitários, vigilantes de casas comerciais, garis, coveiros e trabalhadores da construção civil.

A greve dessa última categoria¹, ocorrida entre os dias 30 de julho e 03 de agosto, em Belo Horizonte, interessa-nos mais de perto. Le Ven refere-se a essa mobilização como a “rebelião popular dos operários da construção civil” por sua amplitude e clareza. Também comenta sobre o “ímpeto e clareza” dos objetivos dos grevistas não reconhecidos pelo próprio Sindicato.

Os peões tomaram conta da cidade, sob os olhares escandalizados das outras classes e da imprensa falada, que já falava em “Nicarágua”². Foi também histórica porque, pela primeira vez, surgiu o embrião da Central dos Trabalhadores, com a coordenação do “Lula”, na confusão geral estabelecida por vários segmentos de uma sociedade que, de repente, descobrira que existiam trabalhadores com direitos e dignidade (Le Ven, 1987, p.34).

Em síntese, a população belo-horizontina e as autoridades municipais e estaduais parecem dobrar-se à existência dos trabalhadores da construção civil. Marina Freitas assinala que “[...] a cidade é deles. Fazem dela palco de suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, melhores salários, um pouco menos de miserabilidade no cotidiano do operário da construção civil” (Freitas, 1993, p.56). Em uma greve, lembrando Blass (1992), os espaços urbanos (ruas, praças, avenidas) redefinem-se, do ponto de vista político, tornando-se um local tanto de passeio e atividades lúdicas quanto de ocupação e manifestação política.

Tentaremos, em seguida, reconstituir o momento em que os trabalhadores transformaram a capital mineira em “palco de suas reivindicações”.

¹ De acordo com a revista *Veja* nº 570, de 08 de agosto de 1979, o número de operários empregados no ramo da construção civil em Belo Horizonte era de pelo menos 80mil. Em relação ao número de grevistas presentes nas mobilizações, esse número parece que variou ao longo daquela greve, conforme veremos no próximo capítulo.

² Em 17 de julho de 1979, na Nicarágua, milhares de jovens guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), organização político-militar fundada em 1961 e inspirada no líder guerrilheiro Augusto César Sandino (1895-1934), colocaram fim no regime ditatorial liderado por Anastácio Somoza Debayle, que há quatro décadas comandava o país. Após a queda de Somoza, é estabelecido o pluripartidarismo. Ao longo do período em que os sandinistas estiveram no governo, eles sofreram fortes investidas da guerrilha contra-sandinista, financiada pelo governo norte-americano. Em 1990, o então presidente Daniel Ortega, da Frente Sandinista, perde a eleição para Violeta Chamorro, líder de uma coalizão anti-sandinista.

2

**A CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO:
A GREVE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE
BELO HORIZONTE EM 1979**

A greve começou na madrugada de segunda-feira, mas os trabalhadores já estavam concentrados num número de mais de oito mil na Praça da Estação. Passaram a noite na Praça da Estação. Como eu estava casado de pouco e a esposa estava grávida, não passei a noite concentrado, mas participei das primeiras horas da greve na segunda-feira.

Assim Zildo relata como participou da concentração dos trabalhadores da construção civil na Praça da Estação (Ver anexo C). No dia 30 de julho de 1979, uma segunda-feira, os trabalhadores se concentraram numa vigília cívica na Praça que continuaria até que houvesse um desfecho para a campanha salarial daquele ano. Há pouco mais de um mês da vigília, os trabalhadores se reuniram em assembléias, na sede do Sindicato da categoria, para discutir um novo reajuste salarial. Tais assembléias, no entanto, não ocorreram como nos anos anteriores, em que se estabelecia uma simples homologação da proposta do Sindicato. Na assembléia do dia 15 de julho, convocada pelo presidente do Sindicato, Francisco Pizarro Neto, eram esperados 2.000 trabalhadores. Todavia, conforme noticia o jornal “Diário da Tarde”, em 16/07/1979, 10.000 compareceram à sede do Sindicato, que não comportava tal número. Surpreso com o grande número de operários presentes, o presidente do Sindicato é obrigado a convocar novas assembléias fora da sede da categoria. Dessa forma, as reuniões dos operários ganharam as ruas³.

Sobre essa assembléia, comenta um operário que participou do comando geral da greve:

Houve assembléia na Rua Além Paraíba, sede do Sindicato. Compareceram muitos trabalhadores. Havia gente dentro e fora do prédio. Mais fora do que dentro. Nessa assembléia Pizarro aceitou que os trabalhadores fizessem uma proposta para levar à D.R.T (Delegacia Regional do Trabalho). A resposta da decisão seria dada até 1º de agosto. Apenas uma parte dos trabalhadores estava a par do que estava sendo discutido dentro do Sindicato (1\4). Os restantes (3\4) do lado de fora, não tinha acesso às informações.

³ Não conseguimos informações sobre essa assembléia com os entrevistados, pois nos informaram que não participaram dela. As informações foram obtidas por meio de jornais e relatos orais de grevistas recolhidos por outros trabalhos referentes à greve de 1979.

Aí, nasceu a idéia que foi proposta a Pizarro de marcar a assembléia para 29\07, no ex-campo do Atlético, para todos trabalhadores ficarem dentro do que se discutia. (Apud. Furtado, 1984, p.141).

No dia 29 de julho, um domingo, 30 mil operários⁴ se reuniram no estádio do Atlético Mineiro reafirmando a proposta do dia 15, ou seja, pisos salariais de: CR\$ 5.000.00 para serventes; CR\$ 8.000.00, oficiais; CR\$ 12.000.00, encarregados e CR\$ 20.000.00, mestres-de-obras; correta anotação das carteiras de trabalho; proibição de achatamento dos salários quando da troca de emprego e aviso prévio de 30 dias, independentemente da forma de pagamento – semanal, quinzenal ou mensal (Freitas, 1993). É interessante notar, no entanto, que os operários entrevistados apontam o reajuste salarial como única reivindicação da paralisação. Osmir Venuto, por exemplo, diz:

No momento da greve foi um momento de fome, na verdade, então, a gente tava reivindicando salário. Nós tava reivindicando oito conto, oito cruzeiros por mês pra servente e doze pra oficial. O mestre de obra e o encarregado nunca se preocupou com isso porque é uma turma de puxa saco, nunca se preocupou com isso. Então, nós queríamos oito conto pra servente e doze pra oficiais. E foi em cima disso que a gente bateu e a gente bateu sem direção nenhuma (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

O Sindicato patronal recusou a proposta pedindo um prazo para a apresentação de uma contraproposta. Na mesma assembléia, os operários não aceitaram o adiamento e optaram pela greve, que se iniciaria a partir da zero hora do dia seguinte. Em seguida, eles realizaram uma passeata descendo a avenida Olegário Maciel, que só se dissolveu nas imediações da rodoviária. Nessa passeata, carregavam faixas e cartazes, que tinham as seguintes mensagens: “Queremos oito mil. Peão precisa de comida” e “Basta de Exploração”.

⁴ Os números de trabalhadores presentes na assembléia no estádio do Atlético foram colhidos do jornal “Diário da Tarde” de 30\07\1979. A mesma estimativa também aparece em Freitas (1993).

Na Praça da Estação, a vigília do dia 30 de julho reuniu aproximadamente 20 mil operários⁵. Nesse dia, piquetes espalharam-se pela cidade e região metropolitana de Belo Horizonte. O entrevistado José Luiz, como exemplo, recorda que no canteiro de obra onde estava empregado a paralisação foi total. Em 79, ele trabalhava no São Benedito, bairro da cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, em sua fala, indica que os operários do seu canteiro, à medida que se deslocavam para o centro da capital mineira e encontravam uma obra, paravam e “exigiam” a paralisação dos trabalhos e adesão dos colegas de categoria à greve. Caso contrário, quebrariam todo o canteiro. Complementando as lembranças de José Luiz, Joaquim e Raimundo relatam que, nos seus canteiros de obra, os operários entraram na greve por meio da “porradaria”. Raimundo chega a lembrar as palavras dos operários que comandaram o piquete na sua obra: “Os caras gritavam: ‘É, comedor de angu, puxa-saco de patrão... e aquele que tiver participando ne (sic) trabalho, nós tá afim de ir lá, tirar ele de lá e quebrar a construção, o prédio é tudo’” (Entrevista ao autor. Mar. 2005).

A vigília dos grevistas, contudo, pouco a pouco, transformava-se num conflito. Segundo o jornal “Estado de Minas” do dia 31 de julho, “Tudo começou com uma calma aparente. Depois não houve controle”. Um taxista, ao tentar atravessar os milhares de manifestantes, atropelou um grevista recusando-se a prestar socorro. Os manifestantes reagiram, e o taxista abandonou seu “corcel amarelo”, que foi, então, incendiado. Um caminhão do corpo de Bombeiros, com oito soldados, chegou para apagar o incêndio. Todavia, grevistas e bombeiros se desentenderam. Um bombeiro foi atropelado quando o caminhão da guarnição “avançou sobre a multidão e, rodando em círculo, tentava proteger os soldados que saíam correndo em direção ao carro pipa”.

Os conflitos se intensificaram com a chegada de, aproximadamente, 50 policiais militares. De um lado, os manifestantes atiravam pedras, frutas e sacos de lixo nos policiais. Do outro, os soldados lançavam bombas de efeito moral e afastavam, com cassetetes, os grevistas que se

⁵ Quanto ao número de operários concentrados na Praça da Estação, as fontes pesquisadas apresentam números diferentes. A revista “Veja” falou em 15 mil presentes na Praça. Já o jornal “Estado de Minas” estimou em 20 mil operários ali concentrados.

aproximavam. A multidão se dispersou pelas ruas próximas. Vejamos o relato de Zildo sobre o que aconteceu na Praça da Estação:

[...] os trabalhadores ficaram expostos ao tempo ali na Praça da Estação. O que acontece? É um local que não tinha banheiro, não tinha sanitário, não tinha local para assentar, e pior ainda, o trânsito de carro ali sempre foi o que é hoje: um movimento muito grande. Então, a liderança, mesmo inexperiente na época, mas sabia da falta das condições que tinha ali. E aquilo aflorou mais, aumentou mais a preocupação quando começou a chegar trabalhadores de diversos locais e foram aglomerando no local. No primeiro dia já houve, então, a manifestação da polícia (Entrevista ao autor. Jul.2004).

A diretoria do Sindicato chegou ao local convocando os grevistas a dirigirem-se para o estádio do Atlético. Embora a prefeitura de Belo Horizonte tivesse negado o estádio para novas reuniões⁶, os trabalhadores, aos gritos de “é oito mil! é oito mil!” para lá se dirigiram. Para tanto, ocuparam a avenida Amazonas, subiram para a Praça Sete de Setembro até que, mais tarde, se encontraram na avenida Olegário Maciel, nas imediações do estádio (Ver anexo C). Enquanto isso, 800 homens da polícia militar e do esquadrão da cavalaria foram destacados para o trabalho de rua.

Em relação aos acontecimentos daquela manhã de 30 de julho, detenhamo-nos na fala do então presidente do STIC-BH, Francisco Pizarro Neto:

[combinamos] encontrar na Praça da Estação às 10 horas. Mas os operários começaram a chegar lá às 6 da manhã. [...] foi calculado em 30 mil trabalhadores na Praça. E diante daquilo, um motorista de táxi, imprudentemente, [...] ao invés de cortar a volta, [...] meteu o carro no meio dos trabalhadores. [...] Aquilo revoltou. Eles estavam ali sem nenhum comando. Eu não estava lá, entende!? [...] Eu estava no Sindicato com os preparativos, que tinha mandado comprar um megafone, estava testando o megafone. [...] Na Praça, a gente não tinha muito recurso pra falar para os operários. Era muita gente. Tinha mandado comprar um megafone. Estava testando o megafone, quando me chegou a notícia que tinha havido tumulto na Praça da Estação. Aí, eu saí correndo, fui pra lá.

[...]

Eles (os trabalhadores) se deram conta de que eu estava lá na Praça também, eles correram pra cima de mim. Eu falei com eles... com a liderança principal lá [...] Eu falei: “Vamos para o campo do Atlético!” Eu fui, eles foram andando. Aí, a turma que eu já tinha mandado na frente para ver se por acaso o bom senso da... do ... da prefeitura [...] já tinha mandado abrir o campo do Atlético, né!?, para [...] ter mais... evitar mais... maiores danos na cidade. Chega lá, o campo... a porta está trancado! Aí, eu avisei: “chega lá, vocês

⁶ Assim como aconteceu na greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte, na greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1980, as autoridades proibiram manifestações e comícios no estádio da Vila Euclides, no Paço Municipal da cidade de São Bernardo e no estádio de Vila Jabotão, em Santo André. Os trabalhadores, contudo, responderam à proibição, reunindo-se nos bairros e utilizando-se de algumas igrejas locais como pontos de reunião. Sobre o assunto, ver Leite (1988) e Sader (1995).

derrubam o portão e entram. Mete o pé... [...] Muita gente aí... facilmente nós derrubamos aquele portão.

[...]

Chegou lá, logo... num instantinho eles puseram o portão abaixo. Aí, entrou. Eu fiquei do lado de fora, porque nessas alturas já tinha um batalhão de choque da Polícia Militar plantado na frente lá do campo do Atlét... naquela rua logo que... após o campo. Dali pra lá estava o batalhão de choque da PM, né!? E já tinha acontecido também de morrer um operário (Apud. Freitas, 1993, 62-3).

O operário a que se refere Francisco Pizarro chamava-se Orocílio Martins Gonçalves, estava, então, com 24 anos de idade⁷ e foi morto bem próximo do estádio, durante o conflito entre policiais e grevistas. De acordo com o jornal “Estado de Minas” do dia 02 de agosto, “A calma chega à cidade com o fim das passeatas”. Nos dois primeiros dias de greve, o saldo foi de 50 pessoas feridas, entre policiais e manifestantes, 61 prisões efetuadas e 01 morte. “Entre os presos, havia dois ladrões que se misturaram aos operários. Dos onze primeiros [presos], cinco estavam alcoolizados”.

O “Estado de Minas” de 31 de julho trouxe na sua primeira página o apelo do presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, aos grevistas de Belo Horizonte. No dia 01 de agosto, em Brasília, o presidente encontrou-se com o governador de Minas Gerais, Francelino Pereira dos Santos, buscando obter mais informações sobre a greve dos trabalhadores da construção civil. Nesse encontro, Figueiredo declarou que a situação era grave e pediu calma aos manifestantes.

Durante o trajeto pelo centro da cidade até o estádio, os operários da construção civil receberam demonstrações de solidariedade, como chuvas de papel picado, ou provocaram sentimentos de medo e manifestações negativas: sacos d’água foram jogados contra eles por alguns moradores de prédios. Além disso, saques e quebra-quebras em lojas ocorreram, carros foram virados e incendiados. Os grevistas, todavia, atribuíram isso à agitadores infiltrados que visavam

⁷ Posteriormente, o laudo da necropsia do operário concluiu que a sua morte fora provocada por um tiro, bala calibre 38, recebido no lado direito do peito. Atualmente, o filho de Orocílio, Douglas de Jesus Gonçalves, reivindica uma indenização ao Estado brasileiro. O nome do operário está na lista da comissão de mortos e desaparecidos do regime militar, do Ministério da Justiça. Douglas não conheceu o pai e só aos dez anos viu estampada a foto dele em jornais e revistas. Segundo ele, “Orocílio morreu por acaso, porque nem participava do movimento grevista. No momento em que foi atingido, Orocílio ia marcar uma consulta e trocar uma roupa que havia comprado para Douglas” (Memória viva de um dia de terror, Estado de Minas, 23 de mar. 2003).

tumultuar a manifestação. No segundo dia de greve, eles organizaram “esquemas de segurança”, a fim de evitar mais infiltrações. A tese da infiltração também aparece na narrativa da maioria dos entrevistados. É de Zildo, por exemplo, o comentário de que:

[...] o governo e os patrões conseguiram tirar proveito da nossa rebeldia. Em pleno período de greve, eles começaram a oferecer bebidas pros piquetes de greve. Então, aqueles que bebia, eles não sabia onde tava chegando a cachaça e tava bebendo. Onde infiltrou no nosso movimento pessoas que estavam com o compromisso de saquear loja e todas pessoas mandada, mas eram tanto trabalhadores participando da greve que ninguém foi preparando pra isso (Entrevista ao autor. Jul. 2004).

Em 1979, políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sindicalistas, autoridades públicas e a imprensa assinalaram também a presença de agitadores na greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte. A explosão de violência urbana deflagrada pela greve aconteceu, sem que os grevistas tivessem parte. O deputado Cássio Gonçalves (MDB-MG) denunciou a infiltração de radicais tanto de direita quanto de esquerda, que buscavam desestabilizar o processo de transição política conduzido pela ditadura militar. O deputado salientou que jamais os trabalhadores tomariam iniciativa em movimentos violentos, em virtude de sua origem rural. Logo, tornaram-se “massa de manobra fácil de todos os aventureiros, interessados na manutenção de um estado de exceção em nossa pátria”. O jornal “Estado de Minas” de 02 de agosto trouxe a declaração do governador mineiro denunciando infiltrações “criminosas” no movimento dos trabalhadores visando “tumultuar o clima de tranqüilidade sempre existente em Minas”. O líder sindical paulista, Luís Inácio da Silva, o Lula, disse que a “infiltração” era praticada por grupos de direita “interessados em deturpar o movimento do trabalhador” (Isso é infiltração de direita, diz Lula; Folha de São Paulo; 1º de agosto). O presidente do STIC-BH, Francisco Pizarro, acusou o envolvimento de agentes do CCC (Comando

de Caça aos Comunistas) na explosão de violência na cidade. O Sindicato dos Empregadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte também compartilhou da tese da infiltração.

O editorial “Raízes da Violência”, do “Estado de Minas” de 02\08\1979, apontou a existência de “evidentes infiltrações de interesses estranhos que se desencadearam naqueles dias”. A revista “Veja”, por seu turno, questionou a quem interessava “a explosão de cólera [...] pela primeira vez em dez anos e, sobretudo, pela primeira vez desde o renascimento do movimento sindical brasileiro numa campanha salarial de reivindicação de aumento”.

De uma ponta à outra da opinião pública brasileira, portanto, a presença de agitadores na greve e a “humildade” dos operários da construção civil foi salientada. No momento em que o país vivia um processo de abertura política conduzido pelo próprio governo militar, declarava-se e denunciava-se que ocorriam dentro daquela paralisação várias manifestações de diversas cores políticas cujos interesses eram bem distintos das reivindicações dos grevistas. Em alguns momentos, a paralisação dos trabalhadores ficou em segundo plano. Assim, da mesma forma que Valladares (1985) indica para os quebras na obra do metrô da cidade do Rio de Janeiro em 1978, também se pode dizer que a constante denúncia da presença de agitadores na greve de Belo Horizonte procurava, ao mesmo tempo, legitimar a repressão e descaracterizar a paralisação como momento legítimo de reivindicação dos operários da construção civil de Belo Horizonte, que há anos sofriam com a depreciação de seus salários e com as péssimas condições de trabalho.

No estádio do Atlético, agora liberado pela prefeitura, 15 mil trabalhadores⁸ participaram de uma nova assembléia, no dia 1º de agosto, uma quarta-feira, e continuaram lá concentrados durante todo o dia sem os choques dos dois primeiros dias da greve. Belo Horizonte, porém, encontrava-se num estado de tensão. Ruas estavam vazias; bancos e lojas, semifechados. Parte da população, em virtude da greve dos transportadores de carga e dos boatos sobre o fechamento de supermercados, por razões de segurança, promoveu um corre-corre aos postos de gasolina e supermercados temendo

⁸ “Lula controla operários da construção em Minas”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 de ago. 1979.

a falta de gasolina e alimentos. Na cidade, durante a greve, a presença de cerca de 10 mil soldados⁹, que vigiavam a movimentação dos grevistas, apareceu nas lembranças de todos os entrevistados.

Conta Raimundo:

Se não tivesse policial, era policial mais policial mesmo; policial tava igual ao pessoal de conjunto pra poder conseguir dar conta do pessoal. Se [não] fosse isso, meu filho, na época, eles tinham feito a maior quebradeira mesmo de prédio. A vontade era de quebrar mesmo (Entrevista ao autor. Mar. 2005).

Enquanto os grevistas permaneceram concentrados no estádio, reuniões ocorreram na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), visando solucionar o impasse entre operários e patrões. Um acordo, no entanto, não foi fechado porque mais uma proposta fora recusada pelos grevistas.

A partir do 2º dia, a mobilização recebeu o reforço de lideranças de várias categorias. De Minas Gerais, estiveram presentes, entre outros, João Paulo Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade; Tarcísio Ferreira, ex-professor da UFMG, aposentado pelo Ato Institucional nº5 (AI-5) em 1968 e representante da recém-fundada União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (UTE-MG); Dídimo Paiva, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais. De São Paulo, chegou um grupo de sindicalistas paulistas liderado pelo líder sindical em ascensão Luís Inácio da Silva, o Lula. O grupo buscava coordenar as negociações e a concentração dos operários.

No início da tarde do dia 01 de agosto, caminhões com água, leite, pão e frutas, mandados pela prefeitura e pela secretária estadual do trabalho, chegaram ao estádio. Apesar da fome, os grevistas pouco se alimentaram e guardaram os alimentos para seus filhos (Freitas, 1993). No final da tarde, Lula apareceu e foi recebido com aplausos. Uma faixa levantada pelos operários manifestava apoio ao líder sindical: “Deputado ou vereador que for contra o Lula e os demais. Quiserem votos, procura os patrões. Agradecidos, os operários”. Para dois entrevistados, todavia, a

⁹ “Governador acha que greve não compromete abertura, mas adverte”. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 01 de ago.1979.

participação de Lula visava o contrário. Osmir diz que a intenção da chegada dele era “amenizar” o movimento. Zildo, por sua vez, relata o seguinte:

Por que o Lula naquela época, depois do quarto dia de greve, ele se mostrou interessado em vim pra Belo Horizonte, dizendo que estaria ajudando a conduzir aquela greve? Ele apareceu em um desses dias. Chegou de Helicóptero, trazendo litros de leite, banana e pão. E naquela época eu já pude perceber que grande oportunista ele era, grande tirador de proveito de massa de trabalhador (Entrevista ao autor. Jul. 2004).

Na DRT, o impasse continuava. Em consequência, a greve vai a julgamento. No início da noite do dia 02 de agosto, ainda que estivesse em vigor o decreto-lei 4.330 que praticamente proibia o exercício de greve no Brasil, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), numa decisão inesperada, considerou legal a greve. A decisão determinou um reajuste de 53% (o índice oficial havia sido fixado em 44%) e mandou pagar os dias parados. A sentença também determinou o retorno imediato ao trabalho.

Os salários fixados pelo Tribunal foram estes: serventes, CR\$ 3.600,00; oficiais, CR\$ 6.500,00; encarregados, CR\$ 12.000,00 e mestres de obras, CR\$ 20.000,00. Os valores, porém, não atingiram completamente as reivindicações dos grevistas, mas estavam de acordo com as estratégias dos patrões que formulavam suas propostas visando provocar uma divisão no interior da categoria. “[...] o interesse em deixar clara a divisão fez com que as reivindicações dos encarregados e mestres fossem atendidas imediatamente, na sua totalidade, permanecendo a pendência com relação ao salário dos oficiais e serventes” (Furtado, 1984, p.99).

No dia 03, uma nova assembléia, mais uma vez, no estádio do Atlético Mineiro, avaliou a decisão do tribunal. Como nos dias anteriores, milhares de policiais estavam de prontidão fora do estádio e nas ruas da cidade. Francisco Pizarro dirigiu a reunião, com aproximadamente 10 mil operários, colocando em votação a decisão da justiça do trabalho. Pizarro conta como ocorreu essa reunião:

[Em] uma reunião lá no campo do Atlético, eu falei: “a hora que sair a sentença eu acabo com a greve. Foi quando novamente fui advertido por várias... inclusive pelo secretário do trabalho:

- Pizarro, se... a hora que isso acabar, eles vão ti matar.

- Eu já falei secretário, não adianta falar que vão me matar. Eles vão ter que matar, porque eu não vou desviar a minha rota não. Está traçado...

[...]

Li [a decisão do TRT] e pedi para que eles votassem: quem for pelo fim da greve... [...]. Se eles votassem contra o fim da greve eu renunciava ali mesmo. Eu não continuava, porque eu não ia assumir responsabilidade de um fracasso total. Mas, olha, 80% [...] queria o fim da greve. Aí, eu decretei o fim da greve. Foi quando choveu pedra.

[...]

80% aprovou o fim da greve, aí os... o que restou, que não aprovou, começou a gritar que não tinha sido aprovado. Então eu mandei que eles se separassem. Eu falei: [...] “quem for contra o fim da greve que fique do lado direito!” Foi isso! “E o... aqueles que forem a favor, podem sair”. Isso eu mandei fazer. Aí, eles começaram a jogar pedra. Jogaram pedra nos operários; jogaram em mim também. Em nós, né!? Lá do palanque. [...] Sair de lá foi uma dificuldade, porque eles não saíam, eles não paravam de jogar pedra e não saíam de lá, né!?

[...]

A grande maioria queria aquilo que eu fiz: por fim a greve no dia 03 de agosto. Não tinha mais condições de continuar, sob pena de transformar aquele movimento numa revolução... (Apud. Freitas, 1993, p. 83).

Sobre essa assembléia, o “Estado de Minas” informou que “o fim da greve foi decidido e começou uma batalha no estádio”. Conforme diz o jornal, de um lado ficaram os operários favoráveis à sentença e, logo, contrários à continuidade da greve. Do outro, aqueles que não concordaram com a sentença do tribunal e com o fim da paralisação. Após ouvirem que a parede acabara, trabalhadores favoráveis e contrários à decisão do presidente do Sindicato se agrediram com paus, pedras e tijolos. O “arsenal” estava no estádio, que passava por reformas. Pizarro, que se encontrava na tribuna, foi atingido por uma pedra. Quando saíram do estádio, dirigindo-se ao centro da cidade, um grande número de operários protestou contra o fim da paralisação. No entanto, os choques esperados com a polícia não aconteceram.

Por outro lado, a avaliação de alguns entrevistados é diferente quanto a essa última reunião. Claro está nos seus relatos que não houve confronto entre os operários depois que se decidiu o fim do movimento grevista. Todos se insurgiram contra a polícia militar e Pizarro pela sua arbitrária decisão. Diz Osmir:

[...] tinha uma cabine, um troço lá coberto e dali com som e tal, e nós lá embaixo no campo e mandou quem fosse a favor prum lado, quem fosse contra pro outro, quem foi a favor tava maior, mas prevaleceu o que ele queria que era acabar com a greve. Aí foi pedrada, pedrada pra tudo que é canto: tanto polícia como Pizarro, nós tava metendo é pedra [...] Não houve confronto. Só com a polícia e o Pizarro. Eles queriam era matar o Pizarro porque... Teve que sair escoltado, pedindo pelo amor de Deus [...] (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

No dia seguinte, aproximadamente, 150 operários reuniram-se no antigo estádio, tentando levantar um movimento pela continuidade da greve. A reunião foi coordenada pelo professor Tarcísio Ferreira e lideranças de outras categorias. Apesar do empenho de uma parcela dos operários, o movimento grevista não teve continuidade. No outro dia, porém, no mesmo estádio, foi realizado um culto ecumênico em memória do operário Orocílio, sem o apoio do Sindicato da categoria. Cerca de 1mil operários compareceram e, antes do culto, avaliaram a paralisação e criticaram a posição de Francisco Pizarro. De acordo com Freitas (1993), “iniciar-se-ia as atividades para a conformação de uma chapa de oposição” (Freitas, 1993, p.86).

Após a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte, movimentos grevistas da categoria foram deflagrados em todo o país. No canteiro de obras da Açominas em Ouro Branco-MG (21.000 operários), em Goiânia-GO (40.000), Brasília-DF (30.000), Porto Alegre-RS (50.000), Vitória-ES (20.000), Volta Redonda-RJ (3.000) e Curitiba-PR (20.000). Na cidade do Rio de Janeiro, Leônidas, importante liderança de oposição à direção do Sindicato dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro a partir do final da década de 1970, disse, numa conversa informal, que liderou uma paralisação por aumento de salário na obra do metrô carioca, tendo como referência a greve dos colegas de Belo Horizonte. A reivindicação de aumento de salário foi conquistada, mas Leônidas, na condição de um dos líderes do movimento, foi demitido por justa causa.

Um pouco mais de um mês após a greve de Belo Horizonte, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), atendendo o recurso do Sindicato dos empregadores, suspendeu a decisão do

tribunal regional até que o dissídio fosse julgado em Brasília. Os patrões, portanto, passaram a pagar os salários conforme o reajuste fixado pelo governo.

3**MEMÓRIA, GREVE E CIDADE**

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos da rua, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

(Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*).

Neste capítulo, buscarei examinar a conexão entre o trabalho de memória do grupo de trabalhadores sobre a greve e o espaço físico da cidade de Belo Horizonte e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte (STIC-BH). A capital mineira lembra aquele acontecimento ocorrido há 26 anos? No que se refere ao grupo, o direito à memória da greve, como um direito à cidade, é efetivado no espaço físico de Belo Horizonte? As lembranças deles a respeito dessa paralisação se circunscrevem a lugares particulares? Tentarei responder tais questões ao longo deste texto.

Quando percorremos a cidade de Belo Horizonte, constatamos que, no âmbito da sua memória oficial, ela não lembra o movimento grevista dos operários da construção civil. Orocílio Martins Gonçalves, o operário morto na mobilização, não foi homenageado com nome de rua, praça ou avenida. A greve, além disso, não ocupou os painéis, colocados nos pontos de ônibus, em 2003, que visavam “reviver acontecimentos marcantes” dos 106 anos de existência da cidade. Em virtude do centenário de Belo Horizonte, Le Ven (1997), chamando a atenção para o fato de que as lembranças da cidade não podem ser apenas parciais, reivindica a recordação de alguns acontecimentos de que “precisamos nos envergonhar porque nos atingem na nossa honra”. Assim sendo, a capital mineira não vive só das lembranças da “cidade jardim”, da cidade nascida sob um

projeto urbanístico moderno, dos comícios das Diretas-já, do festival de teatro de rua, do Carnabelô; mas também vive da marcha da família com Deus pela liberdade, da conspiração e deflagração do golpe contra o governo João Goulart em 1964, das prisões e torturas da ditadura militar, da violência contra as mulheres por maridos vingadores de sua honra. Os lugares da cidade, nesse sentido, estão marcados por vários episódios alegres e festivos, como os jogos de futebol no estádio “Mineirão”, sinistros e tristes - como a morte do operário da construção civil em 1979, na avenida Olegário Maciel. Alegres ou tristes, recordá-los é preciso.

Atualmente, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), cujo comando está há doze anos nas mãos do Partido dos Trabalhadores (PT), executa o programa “Centro Vivo”, implementando uma política de “revitalização” do centro da capital mineira. De acordo com a PBH¹⁰, o objetivo é valorizar a memória cultural, melhorar as ruas, avenidas e praças, resgatando a história, o patrimônio e a arquitetura da área central e promovendo a “inclusão social e cultural e a segurança” da população belo-horizontina no centro da cidade.

O primeiro local que está sendo recuperado é a Praça da Estação, que é, para muitos pesquisadores, o marco zero de Belo Horizonte, pois foi o local aonde chegaram materiais e trabalhadores para a construção da cidade, no final do século XIX. Ela ganhou iluminação e piso novos e um novo espaço para eventos. O monumento em homenagem aos desbravadores e heróis mineiros, localizado no centro da Praça e inaugurado no ano de 1930 pelo governador Antônio Carlos de Andrada e Silva, foi recuperado enquanto a antiga estação ferroviária, hoje desativada, encontra-se em processo de restauração para, posteriormente, abrigar o acervo do Museu de Artes e Ofícios. Nessa praça, aconteceu a vigília que resultou na deflagração da greve dos operários da construção civil em 1979. Após as reformas, não há nenhuma referência à paralisação. Também o estádio do Clube Atlético Mineiro, palco e cenário importantes do movimento, onde os grevistas permaneceram boa parte da paralisação, discutindo as reivindicações, ouvindo os líderes sindicais, votando a proposta do tribunal mineiro do trabalho, hoje, deu lugar a um shopping center e,

¹⁰ Sobre o assunto, ver o sítio eletrônico da Prefeitura: www.pbh.gov.br

conforme ocorre na praça, vemos que não há qualquer indicação que possa lembrar a greve no local ou nas ruas adjacentes. Dessa forma, a cidade de Belo Horizonte não respeita o direito à memória dos operários que participaram da greve da construção civil de 1979. Ela exclui as suas lembranças, particularmente as da paralisação, não lhes possibilitando o direito de nela se reconhecerem enquanto cidadãos belo-horizontinos, de se identificarem com os lugares que foram importantes para sua formação e que falam sobre suas trajetórias na cidade.

Por outro lado, todos os operários entrevistados recordam a praça e o estádio como os lugares aonde aconteceram os episódios da paralisação. Por intermédio da memória, eles descrevem e imprimem suas visões sobre esses lugares. As recordações dos grevistas parecem revelar uma Belo Horizonte à maneira das feições e das experiências dos mesmos.

Refletindo a relação entre a conquista e a manutenção do direito à cidade, substância da cidadania, e a memória, enquanto fenômeno social, Santana (2000a) indica que grupos de tamanhos variáveis atribuem importância ao espaço porque são seu patrimônio. Em outras palavras, o espaço “fala, assinala, com sua existência, a história, a trajetória, as experiências pelas quais passou o grupo” (Santana, 2000a, p. 50). Nas lembranças dos operários, os lugares da greve em Belo Horizonte, mesmo que não estejam materializados em monumentos, transformam-se em patrimônios do grupo, na medida em que evocam um acontecimento significativo de suas vidas.

Em consequência, acredito que os operários trazem à tona uma memória subterrânea, que se opõe à memória oficial de Belo Horizonte, que permanece viva após 26 anos e que se difunde por meio de redes de transmissão informal aos membros da categoria da construção civil (Pollak, 1989). Enquanto a capital mineira procura esquecer a greve dos trabalhadores da construção civil, não a representando em suas ruas e praças, as lembranças desse acontecimento estão presentes na sede e na escola do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte, que se transformam em espaços privilegiados para a conservação dessas lembranças e a sua transmissão. Desse modo, resta conhecer como as lembranças daquela greve se estabelecem nesses locais.

Lembrando Orocílio

Uma matéria publicada no jornal “Estado de Minas”, em 30 de julho de 1989, noticiou o ato público em memória do operário Orocílio, realizado pelo Sindicato dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte. De acordo com a matéria, o ato contou com a participação de cerca de 70 operários e da viúva do operário, Vânia de Oliveira Gonçalves, acompanhada do filho, Douglas de Jesus Gonçalves. Uma missa foi celebrada pelo padre Ari de Freitas, que, durante sua prática, disse: “Orocílio desapareceu de nossos olhos, mas está vivo. A sua causa ficou. Graças a ele este sindicato está redimido, saiu das mãos do poder para o poder de quem de direito”. No mais, no ato, foi comunicada a transformação do dia 30 de julho, data da morte de Orocílio, no dia do Trabalhador da Construção Civil de Belo Horizonte. Naquele ano, a celebração foi antecipada para o dia 29 porque no dia seguinte, um domingo, os operários realizariam sua assembléia geral. Essa homenagem foi organizada pela nova diretoria, de que faziam parte inicialmente Osmir, Zé Maria e Francisco, da entidade. Posteriormente, a sede recebeu o nome de Orocílio.

Em 2000, o Sindicato inaugurou sua escola, a qual oferece cursos de alfabetização e qualificação profissional aos operários da construção civil, trabalhadores no transporte coletivo e seus familiares. Os seus professores são todos voluntários. Por escolha dos próprios alunos, a escola recebeu o nome de Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG). Logo à entrada da EPOMG, há um enorme quadro do homenageado. Em virtude das comemorações do quinto aniversário da escola, os alunos escreveram um poema em que, em alguns versos, agradecem a Orocílio por “ter sido um bom batalhador pela causa operária, que o seu sangue derramou com ardor”¹¹ e “que sua vida doou na luta pelo povo sofredor, achamos que você está perto de nosso senhor”. Na aula inaugural do 2º semestre deste ano, o coordenador da escola, esclarecendo aos novos alunos o porquê do nome da escola, disse que Orocílio foi “covardemente assassinado pela ditadura militar” na greve da categoria da construção civil do ano de 1979.

¹¹ “Poema da Escola Diferente”. In: Boletim Novo Tempo: informativo da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves. Belo Horizonte, ano 01, nº 3, julho de 2005.

Sobre Orocílio, Zildo, dirigente do Sindicato, por exemplo, disse o seguinte:

Eles acertaram o Orocílio, mas do jeito que eles (policiais) atiraram, era qualquer um que estivesse na frente. Poderia ter sido a mim, poderia ter sido meu irmão que participou junto, meu cunhado. Mas foi Orocílio, por isso a homenagem hoje pra ele, ela é como se fosse pra qualquer um de nós. É por isso que nós, Orocílio Martins Gonçalves, ele está presente na nossa luta porque poderia ser qualquer um de nós que estava naquela greve, porque ele não era liderança (Entrevista ao autor. Jul. 2004).

Em seu relato, Francisco recorda que Orocílio não pertencia à categoria (era metalúrgico), no entanto sua participação na paralisação foi tamanha que perdeu a vida. Além disso, tamanho é seu feito, particularmente num momento político de exceção, que ele, para Francisco, tende a ser evocado como herói de uma categoria a que não pertencia.

Ele era forte da greve. Ele desafiou o soldado. Bateu no peito: “Se você é homem, atira!”. Uma época de ditadura, tava na ditadura, Francelino Pereira era o governador, e o cara desaforando a polícia. Aí, os cara (Policiais) já tava correndo atrás pra aqui, pra acolá que não tinha sossego, e o cara (Orocílio) ainda desafia. [...] Ele caiu assim mesmo (Entrevista ao autor. Jan.2005).

Em razão disso, cabem as perguntas: por que a escola e a sede receberam o nome do operário morto numa greve deflagrada há 26? O que sua morte significa? Salientando que todos os entrevistados mencionam o episódio da morte de Orocílio, percebe-se que as lembranças desse episódio adquirem cores mais fortes nos relatos dos atuais membros da diretoria. A esse respeito, penso que isso ocorre por algumas razões, que não se excluem.

Em primeiro lugar, no plano da política sindical, a greve de 1979, personificada na imagem de Orocílio, serviu como um importante argumento para a atual diretoria na campanha contra o então presidente, Francisco Pizarro, em 1988, (retornemos à mensagem do padre Ari durante o ato em lembrança dos 10 anos da morte de Orocílio: “Graças a ele este sindicato está redimido, saiu das

mãos do poder para o poder de quem de direito). Durante os últimos anos da gestão de Pizarro, a greve e, particularmente, o episódio da morte de Orocílio, foram esquecidos, conforme atesta a própria viúva do operário, dizendo que Pizarro se ausentou totalmente do processo de apuração da morte do seu marido. Em compensação, hoje, a identificação entre os diretores e Orocílio é tanta que a lembrança deste serve até para apontar as diferenças entre a gestão atual e a anterior. Conforme veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, à medida que os diretores assinalam o heroísmo do operário, reforçam a falta de vínculo com a categoria e o despreparo de Pizarro na condução daquela greve.

Em segundo, os atributos que lhe são dados, bem como as homenagens que lhe foram e são prestadas pelos diretores procuram definir Orocílio como um herói para os trabalhadores da construção civil. Para os diretores, ele, de algum modo, tem a cara da categoria, responde à alguma aspiração coletiva, transformando-se num ponto de referência para eles (Carvalho, 1990). Como indiquei acima, entre os diretores e o operário cria-se uma relação de identificação e de continuidade. Quando relatam sobre a atuação e a morte de Orocílio, não raro indicam semelhanças com suas próprias ações em 1979 (“poderia ter sido a mim, poderia ter sido meu irmão, que participou junto, meu cunhado. Mas foi Orocílio, por isso a homenagem pra ele, ela é como se fosse pra qualquer um de nós”).

Os elogios fúnebres a Orocílio intentam demonstrar a sua perenidade. Como todo herói, sua curta e trágica participação na greve é um poderoso símbolo para aqueles que desejam se engajar na luta por melhores condições de vida e trabalho para a categoria da construção civil. Assim, o Orocílio dos diretores corresponde a um exemplo a ser seguido, desempenha um papel de referência para os operários, atualizando um tipo de ação que, embora o seu desfecho deu-se de modo fatal, é importante transmitir já que procura reter uma significativa passagem da história dos operários da construção civil de Belo Horizonte.

Os Lugares de Memória da Greve

Em virtude do que foi dito acima e de acordo com as reflexões de Nora (1993), creio que tanto a sede do STIC-BH quanto a escola EPOMG podem ser definidos como “lugares de memória” da greve. Embora tenham um aspecto puramente material, ambos têm uma significação simbólica porque caracterizam uma homenagem a um trabalhador morto numa greve vivida por um grupo de trabalhadores a uma maioria que dela não participou, assim como garantem a conservação e a transmissão de suas lembranças. É importante registrar essas lembranças para que elas possam balizar ações presentes e futuras. A sede e a escola salvaguardam as lembranças da greve, buscando fixá-las no mundo contemporâneo marcado pela tendência à desagregação dos laços de continuidade.

A preocupação em criar registros sobre aquela paralisação também se constitui num lugar de memória. A atual diretoria organizou ao longo da sua gestão um vasto arquivo, que contém uma pasta com vários recortes de diferentes jornais de circulação diária da época, uma monografia¹² e um conjunto de fotografias, adquirido do jornal “Estado de Minas”. Ao criar arquivos, observa-se um acentuado esforço, por parte da diretoria do Sindicato, de registrar a greve e preservá-la como propriedade dos operários da construção civil.

As fotografias, a título de ilustração, são o ponto de partida da memória sintetizando o sentimento de pertencimento a um grupo, a um determinado passado. As fotos da greve adquiridas pelo Sindicato foram produzidas e veiculadas nas páginas do Jornal “Estado de Minas” na época. Entretanto, essa aquisição, segundo os diretores, realizou-se de maneira seletiva uma vez que o preço da reprodução das fotos era muito alto.

Nessa seleção, privilegiou-se as imagens fotográficas¹³ que retratam passeatas e assembléias que reuniram milhares de grevistas, reforçando o aspecto de grande adesão e de unidade entre eles.

¹² FREITAS, Marina Mônica de. (1993). A Revolta dos Pedreiros: um estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Belo Horizonte, UFMG (Monografia de bacharelado em História).

¹³ As fotografias se encontram no final deste capítulo.

Outras fotos registram a presença e a ação dos agentes envolvidos direta ou indiretamente na paralisação: polícia militar, grevistas, fotógrafos ou jornalistas.

De posse dos diretores, as imagens adquirem significados bem diferentes. Numa das visitas ao Sindicato, em abril de 2004, deparei-me com um quadro, localizado no salão central da sede, onde elas estavam expostas sob o título “GREVE DE 1979”. Não havia legendas, apenas as fotos. O momento da exposição não correspondia nem com a data de aniversário da greve, que naquele ano fazia 25 anos, nem com o início da campanha salarial da categoria, que sempre ocorre a partir do segundo semestre do ano. Logo, perguntei a Zildo sobre o motivo do painel, e ele apenas me respondeu que era uma homenagem aos grevistas.

Ademais, observei que as fotos foram utilizadas no sítio eletrônico do Sindicato, que ainda não se encontra disponível para acesso. Nele, elas tinham legendas. A legenda da foto (figura 1) que registra a morte de Orocílio conta: “Companheiro Orocílio Martins Gonçalves morto pela polícia”. Na foto da passeata (figura 2), a legenda diz que a greve “ganhou as ruas de Belo Horizonte”. Naquela que aparece polícia militar e trabalhadores (figura 4), a legenda assinala que “polícia militar abusa do poder”.

As fotos, de cuja seleção e uso são responsáveis os diretores do STIC-BH, tendem a “monumentalizar” a greve, produzindo uma memória que esteja de acordo com aspirações dos seus selecionadores (Ciavatta, 2002). Eles selecionaram entre as imagens fotográficas sobre a greve do acervo do “Estado de Minas” aquelas que correspondam com os seus relatos sobre a paralisação. Assim, as imagens dão uma marca de veracidade às suas recordações e a possibilidade de sua perpetuação. Ocupando a função de monumentos, as fotografias da greve, para além de sua simples descrição, traduzem idéias, valores, tradições, orientam comportamentos e contribuem para a construção de uma identidade operária. Em síntese, os arquivos produzidos pelo STIC-BH acerca da greve de 1979, mais especificamente o de imagens fotográficas, funcionam como memória exemplar do evento, constituindo-se num importante momento de auto-reconhecimento e de

valorização dos trabalhadores da construção civil e de sua participação na greve, bem como num significativo elemento de coesão social entre os operários.

Concluindo: procurei demonstrar neste capítulo que a cidade de Belo Horizonte não recorda a greve dos operários da construção civil no ano de 1979, desrespeitando o direito à memória dos mesmos, isto é, o direito de se identificarem com os espaços físicos aonde se desenrolaram os episódios da paralisação e que foram importantes para suas experiências de vida. Entretanto, esses lugares são lembrados pelos operários à maneira de suas experiências. Enquanto a cidade não inclui Orocílio no panteão dos “heróis e mártires mineiros que, no sacrifício pela conquista do território e da liberdade, verteram o seu sangue em prol da fundação e do engrandecimento da pátria”, conforme está inscrito no monumento localizado na Praça da Estação, o operário é lembrado com nome da sede e escola do Sindicato, sendo assim definidos como “lugares de memória” da greve, de acordo com a proposição de Nora (1993).

Do ponto de vista dos diretores do STIC-BH, ao focalizarem as lembranças da greve na morte de Orocílio, verifica-se a intenção de enfatizar determinadas características dele que contribuíram para a ascensão daqueles ao comando da entidade; como também, para o engrandecimento da categoria. Na condição de herói, a morte do operário durante a greve atua como elemento de legitimação de formas de ser e agir valorizados pelo grupo, que antes estavam em segundo plano.

Fotografias



Figura 1: Corpo de Orocílio Martins Gonçalves, morto durante o 1º dia da greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte (STIC-BH).



Figura 2: Passeata dos operários da construção civil na cidade de Belo Horizonte em 1979.

Fonte: STIC-BH.



Figura 3: Greve de 1979: assembléia dos operários da construção civil no estádio do Atlético Mineiro.
Fonte: STIC-BH.



Figura 4: Cavalaria da Polícia Militar, fotógrafo e operários da construção em greve em 1979.
Fonte: STIC-BH.

4

MEMÓRIAS DA GREVE

Em razão da dinâmica da pesquisa, verifiquei que a hipótese de trabalho inicial que acreditava que as lembranças dos entrevistados acerca da greve de 1979 contribuem e/ou contribuíram para a constituição de uma identidade entre esses indivíduos não apareceu em todos os relatos. Assim, observei que o trabalho de memória dos entrevistados, tendo como centro a greve de 1979, foi realizado de diferentes modos. De um lado, para a maioria dos entrevistados, as lembranças contribuem para a constituição de uma identidade “operária” entre eles. Este grupo é formado pelos atuais diretores do STIC-BH, aposentados e trabalhadores que continuam em atividade nos canteiros de obra de Belo Horizonte. De outro lado, para 03 entrevistados, que continuam trabalhando, a mobilização é representada como uma explosão de violência nunca antes vista, não perpassando a idéia de que suas recordações sobre ela possam ser oferecidas como um legado às novas gerações de operários da construção civil de Belo Horizonte.

Ao focalizarem o movimento grevista, as lembranças de 09 entrevistados cumprem um papel importante: a construção de um sentimento de pertencimento entre eles. O relato de Osmir Venuto, por exemplo, é representativo.

Na verdade, a gente acha que aquilo foi um momento histórico do trabalhador da construção civil. Nós tínhamos condições de dar uma virada naquilo ali se tivesse uma direção coesa, que discutia, que fizesse assembléia com os trabalhadores [...] Mas foi um negócio bonito, sabe! A História da greve [...] Olha, o nosso sindicato é temido pela atuação da greve daquela época (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Relato semelhante tem Zé Maria:

A forma que foi a greve de 79 reflete até hoje, entende!? Qualquer movimentozinho que nós fazemos, temos um aparato policial aí. Mas a greve em si foi boa [...] Essa greve tá marcada até hoje, deixou marcas até hoje... Que aquela greve ficou na história? Ficou. Apenas não teve comando. Isso nós reclamamos até hoje. Foi uma casa da mãe Joana. (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

O papel dessas lembranças, entretanto, tende a transcender os próprios entrevistados, atingindo os operários mais novos e os que já trabalhavam na construção civil, mas não participaram do movimento. A rede de entrevistados, curiosamente, é constituída tanto por indicações de operários que participaram da greve quanto por operários que, em 1979, ainda não trabalhavam. Mesmo que não estivessem trabalhando naquele período, eles, posteriormente, “ouviram dizer” da greve por intermédio de conversas com colegas que participaram. Assim, estes operários lembram a paralisação “por tabela” (Pollak, 1992), isto é, ela se transforma em familiar, conhecida ou quase conhecida, porque pertencem ao grupo a que eles estão vinculados. Exemplificando, Manuel, ainda que já estivesse trabalhando na construção civil, relata que não participou da greve. Suas lembranças são constituídas por reportagens de tv, rádio e comentários de colegas presentes em 1979. Sua fala parece ser pautada pelo arrependimento de não ter atuado naquela greve. Hoje, na condição de diretor de base do Sindicato, é que vê a importância dela para os trabalhadores. Ademais, em sua fala, existe uma confusão de fatos que envolvem a greve de 1979 e a de 1990, primeira paralisação geral da categoria depois de 11 anos e que durou 15 dias. Daquela ficou a morte de Orocílio, enquanto desta ficaram gravadas as conquistas adquiridas pela categoria.

Foi uma mobilização que foi uma greve, pelo o que eu ouvi informar, uma greve muito atuante, e a gente perdeu colegas de trabalho é... morto na greve que foi o Orocímo (sic), né!? Nós perdeu colega de trabalho, mas ganhou muitos direitos trabalhistas, aonde que nós ganhamo (sic) cesta básica, ganhamo café da manhã (Manuel. Entrevista ao autor. Jun. 2005).

Acredito, assim, que estes entrevistados ocupam o cargo de “historiadores orgânicos” da greve de 1979 (Pollak, 1992). Em outras palavras, os lugares, os acontecimentos e os personagens

que dizem respeito ao movimento grevista são organizados conforme o processo de “enquadramento da memória” (Pollak, 1992). O objetivo mais evidente é constituir traços identitários sólidos entre os operários da construção civil de Belo Horizonte.

No tocante aos acontecimentos, quando falam sobre a assembléia que decidiu pelo término da greve, os operários que lá estiveram relatam que não houve conflito entre os grevistas após a decisão de Pizarro de dar fim ao movimento. Ambos suprimem esse episódio e assinalam a reação de todos contra a decisão do Presidente de encerrar a greve. Todavia, o conflito entre os grevistas foi amplamente noticiado pelos jornais e revistas da época¹⁴. Assim sendo, por que não mencionam o episódio? Existe uma preocupação em selecionar episódios quando se referem ao movimento grevista?

Um choque entre grevistas, a meu ver, poderia “macular” a imagem que se busca preservar sobre a paralisação e, por conseguinte, prejudicar os esforços de conexão entre esta e o reforço daquela coletividade. Cumprindo a função de “historiadores” da greve, eles procuram “apagar” voluntariamente de suas recordações todo e qualquer episódio que comprometa seus objetivos. Em suma, há uma preocupação em selecionar fatos que não contestem o projeto de constituição de um sentimento de pertencimento entre os operários por intermédio das recordações de 1979.

Outro aspecto sublinhado pelos entrevistados refere-se aos personagens da greve. Em seus relatos, dois são marcantes: Francisco Pizarro e Orocílio Martins. Este, conforme tentei demonstrar no capítulo anterior, é lembrado de maneira positiva, ao passo que aquele tem sua gestão frente ao Sindicato e condução do movimento muito questionada. Portanto, é para um melhor entendimento da administração Pizarro (como e quando ingressou no Sindicato) que concentrarei agora minhas atenções.

Os atuais dirigentes, de acordo com o mencionado acima, recordaram positivamente aquela paralisação, mas enfatizaram a ineficiência do então presidente do Sindicato, Francisco Pizarro Neto, na condução da mesma. Porém, a maior parte dos entrevistados, a despeito de não estarem na

¹⁴ Vale observar que o estudo da atividade de memória deste grupo de operários não está pautado por noções de certo e errado, tendo os jornais e revistas como referenciais universais. A pesquisa, pelo contrário, visa investigar o motivo da supressão de alguns elementos de seus relatos.

diretoria, reforça as críticas a Pizarro. Tive contato com relatos do tipo de José Luiz, para quem “a greve foi vitoriosa. Só não teve mais êxito porque não teve direção. Foi os trabalhadores quem encabeçaram a greve” (Entrevista ao autor. Mar. 2005).

Francisco Pizarro comandou STIC-BH durante 23 anos (1965-1988). Em 1965, ano do início do seu 1º mandato, sua chapa fora vencedora das eleições em virtude da anulação da chapa concorrente, pois os atestados de ideologia de alguns de seus componentes não foram aprovados pela DRT-MG¹⁵. Pizarro sucedeu a junta administrativa que, nove dias após o golpe civil-militar de 1964, assumira o comando da entidade. De acordo com os entrevistados Osmir, Zé Maria e Francisco, ele era alfaiate e foi nomeado interventor no Sindicato pela ditadura militar. Contudo, numa entrevista realizada no ano de 1992, o próprio Pizarro afirma sua condição de operário da construção civil, dizendo que era sócio da entidade desde de 1962¹⁶. Na mesma entrevista, informa que, logo que assumiu a direção, constatou que a entidade “tinha uns 40 associados que freqüentavam as assembléias e desses 40, 30 deviam ser aposentados. Em Belo Horizonte [havia] praticamente 20 mil trabalhadores na construção civil” (Apud. Freitas, 1993, p.41). Após o movimento grevista de 1979, um grupo de trabalhadores tentou se articular visando constituir um grupo de oposição a Pizarro. Entretanto, não teve sucesso e ele permaneceu por mais três mandatos (Freitas, 1993).

Em 1985, no entanto, um novo grupo - agora, com o apoio do Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8) e composto por muitos grevistas de 79 – retomou os esforços contra a gestão de Pizarro. Paralelamente, também se iniciava a constituição de um outro movimento de oposição, que tinha o apoio da recentíssima Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do qual era integrante um dos nossos entrevistados: Lourival. Em 1988, a oposição ligada ao MR-8 invadiu e ocupou a sede, expulsando Pizarro.

Osmir, então membro do grupo, relata como foi a invasão:

¹⁵ Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte (STIC-BH): Ata extraordinária de 19\09\1965 e Ata de posse da diretoria do STIC-BH de 09 e 10\10\1965.

¹⁶ Entrevista realizada por Freitas (1993).

Quando assumimos o Sindicato em 1988, nós ocupamos o Sindicato. Tinha 90 sócios [...] Foi uma sorte que nós demos de ver aquele artigo 8º da constituição¹⁷ e a gente não tinha conhecimento de nada. Então, tinha um companheiro nosso que viu e disse que o Pizarro tá irregular lá. Vamos ocupar o Sindicato [...] Aí, quando foi 30 de outubro, 30 de novembro, nós retomamos o Sindicato, nós invadimos o Sindicato. Quem tava fora não entrava, quem tava dentro não saía [...] Eu queria mudar o Sindicato [...] Aí, eu e um grupo de 180 companheiros reunidos ocupamos e ficamos aqui dentro e expulsamos ele (Pizarro) até nunca mais aparecer (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Pizarro não reagiu à ocupação e nunca mais voltou ao Sindicato. Em relação ao ano de 1965, sua gestão aumentou em 500 o número de sócios (Freitas, 1993). Todavia, apesar das estratégias utilizadas por ele para atrair os trabalhadores (agência de empregos, bolsas de estudos e cursos de corte e costura e datilografia para filhos e filhas de operários, respectivamente e, por fim, sorteio de mantimentos nas assembléias) o número de sócios permaneceu baixo.

De acordo com o próprio Pizarro, enquanto seus opositores preparavam sua deposição, informação essa que já era de seu conhecimento, ele fazia compras para seus familiares. Enfim, parece que já antevia que sua administração não mais continuaria.

Em 1987 [...] houve a invasão lá. Eles tomaram o Sindicato à força. [...] Muita gente acha que foi a CUT. A CUT entrou naquilo, o pessoal da CUT entrou naquilo através da convergência socialista, mas eles foram de carona com o MR-8.

O Pessoal do PT sempre quis me tirar de lá, sempre fizeram oposição a mim [...].

Eu saí do Sindicato para ir [...] comprar... presente para um ... Alguém da minha família. Então, eu fui lá no BH Shopping. E estava havendo uma movimentação e eu já tinha sido informado por alguns operários que eles iam tentar invadir o Sindicato. [...] Aí, eu... Ainda recomendei o pessoal que trabalhava no Sindicato, eu falei para eles: [...] “Eles vão tentar invadir o Sindicato. Agora, não deixa eles entrar. Se vier sócios do Sindicato, entra, se vier gente do MR-8... [...] Se chegar essa gente, vocês não deixam entrar não. Pode chamar a polícia, porque invadir eles não vão não. [...] Mas a minha própria segurança abriu o portão para eles. [...] Não era segurança, era funcionário lá que estava traindo [...] Não sei se foi por medo ou por traição mesmo. [Por] alguma razão, abriram o portão, deixaram eles entrar. Eu não estava lá [...]

Quando eu passei ali na Praça Vaz de Melo, eu vi uma movimentação estranha. Aí, quando eu cheguei lá no BH Shopping, de lá eu telefonei para o Sindicato. Falei: “Escuta, como é que está a situação aí, que eu vi uma... movimentação estranha na praça Vaz de Melo. Se for preciso, eu volto praí agora”. Aí o... Uma funcionária atendeu, falou: “Ah não. Está havendo mesmo, mas acho que não tem perigo não. Você telefona mais tarde. Fiquei lá, fazendo umas compras. Aí, quando telefonei mais tarde, ela já estava apavorada, já tinha invadido (Francisco Pizarro. Apud. Freitas, 1993, p. 86-7).

¹⁷ O artigo a que se refere o entrevistado integra a Constituição brasileira promulgada em 1988 e veda ao poder público a interferência e a intervenção nas organizações sindicais.

Até que se preparasse uma nova eleição, o STIC-BH foi comandado provisoriamente por uma comissão que reunia membros dos dois grupos envolvidos na deposição de 1988. Na primeira eleição pós-Pizarro, ocorrida em 1989, a chapa “Marreta”, organizada pelo MR-8, concorreu, vencendo as eleições contra a “Massa Forte”, que tinha o apoio da CUT¹⁸. Atualmente, a “Marreta”, que tem 42 membros, cumpre seu 4º mandato e desde a 1ª posse nunca teve uma chapa concorrente.

Como assinala acima, os relatos da maioria dos entrevistados sobre a gestão Pizarro se assemelham. Para eles, a entidade sindical não era atuante, não visitava os canteiros de obras, não explicava os índices de aumento; em síntese, não lutava por benefícios para a categoria. Uma das críticas mais destacadas pelos entrevistados foi a dos acordos coletivos.

[...] o presidente do Sindicato, que era o Francisco Pizarro, ele praticamente nada fazia em defesa da categoria, como comentário geral, ele inclusive fazia “dobradinha” com os patrões em termos de puxar o aumento pra baixo. [...] Era muito falado que era um presidente corrupto (Lourival. Entrevista ao autor. Set. 2005).

Os acordo era feito entre o presidente e os empresários, sem participação nenhuma de trabalhador. Ele não te informa quanto você queria, ele não colhia proposta de nenhum trabalhador não. Era ele e mais ele, entendeu!? Então, era uma situação muito difícil. A gente vinha conversar com ele e não conseguia (Zé Maria. Entrevista ao autor. Jun. 2004).

As críticas a ele também são contundentes quando questiono sobre sua atuação à frente da greve de 1979, independentemente de quem a deflagrou. Para alguns entrevistados, em geral, Pizarro só deflagrou a greve porque foi pressionado pelos trabalhadores. Ela, nesse sentido, iniciou-se sem nenhuma direção do Sindicato e com o gradativo comparecimento dos operários às assembleias. Primeiro, na sede; depois, em razão do aumento do número de operários, concentraram-se nos espaços públicos da cidade. Como não havia mais espaço para contestar a decisão dos operários, ele decidiu “puxar” a greve.

¹⁸ As divergências, conforme atestam seus integrantes, entre os dois movimentos antes, durante e depois da deposição de Pizarro e das eleições, foram constantes. As trocas de acusações, como, por exemplo, quem depôs Pizarro, são comuns; mas, nas entrevistas, as críticas de ambos são tênues se as compararmos com as conversas informais que tive com alguns membros dos dois grupos. A história da ocupação do Sindicato em 1988, contudo, já seria uma outra história.

Zé Maria, recordando-se da atuação do Sindicato na paralisação, conta que o movimento foi “mal organizado” e tinha muita “safadeza”. Mais adiante, ele conclui: “Se naquela época tivesse comando igual hoje tem, nós conseguia tudo [...] Nós não pedimos praticamente nada. Somente pedimos salário. E nem esse salário nós conseguimos (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

A despeito das divergências políticas e ideológicas que mantém com os atuais diretores do Sindicato, já que à época da ocupação pertencia a movimento oposicionista ligado à CUT, as lembranças de Lourival acerca da atuação de Pizarro são bem semelhantes às dos diretores:

Ele (Pizarro) fez um acordo que foi muito abaixo dos parâmetros que a categoria esperava. Então, os próprios operários passou a se reunir no Sindicato e pressionar ele. [...] A greve se deu foi assim: passou a pressionar até que eles decidirem que ia mesmo pra greve; então, o que foi que ele fez? Então, ele foi, como se diz, como presidente do Sindicato, ele teve que aderir, dar aquele apoio, o pessoal queria, quer dizer, [...] aí, ele foi na retaguarda e o pessoal na frente. Não foi um movimento chamado por ele; sim, chamado pela necessidade da categoria tinha na época, inclusive pra mobilização, partir pra greve, né!? Pra poder, vê que revertia aquele quadro, o arrocho salarial que vinha (Entrevista ao autor. Set. 2005).

Os entrevistados que eram sócios na época de Pizarro relatam sobre a proibição de circular pela sede. “Na época, não podia estar no Sindicato, não podia entrar no Sindicato, não podia entrar, tinha segurança na porta, ninguém conversava com o presidente. Ele era tido como autoridade mesmo”, relata Osmir.

De acordo com alguns entrevistados, a ocupação do Sindicato permitiu a emergência de práticas sindicais menos verticais do que as anteriores. Na sede, nas entrevistas e no trabalho de campo, observei que – à medida que os dirigentes e alguns sócios se referiam às mudanças nas relações entre diretoria e sócios, às melhorias no atendimento jurídico – indicavam ou me conduziam aos locais do espaço físico que sofreram modificações em relação ao espaço da sede na presidência de Pizarro. A construção de novos acessos ao local, afirmando as restrições ao espaço quando da gestão anterior, foi a mudança mais comentada.

Num trecho de sua entrevista, Zé Maria relatou o seguinte:

Essa janelinha aqui, no caso, pagava a mensalidade. Tinha uma pessoa pra receber aqui. Ninguém tinha acesso por aqui, igual você entrou, certo!? Você entrava por lá, mas por aqui, igual você entrou, você não entrava. Você vinha até onde o Osmir tá (atual sala da presidência que fica no 2º andar). Só. Aqui dentro você não entrava. Você entrava por aqui [...] aquele corredor que você passou, você não passava (Entrevista ao autor. Jun 2004).

A pequena janela continua, mas a porta aonde entravam os sócios foi retirada. Atualmente, existem duas entradas para a sede: uma que leva às salas da diretoria; outra, ao salão e demais serviços oferecidos. Assim, penso que as mudanças no espaço físico do Sindicato têm uma dimensão simbólica, pois confirmariam a luta e a vitória que o grupo, de que fazem parte alguns entrevistados, desencadeou contra a antiga gestão.

Bourdieu (2003) investiga as relações entre as estruturas do espaço social e as do espaço físico. O espaço social se revela nas divisões do espaço físico, assim como esta funcionaria como uma “espécie de simbolização espontânea do espaço social” (Bourdieu, 2003, p. 160). Nesse sentido, os lugares são hierarquizados, porque exprimem as divisões sociais. A posição do indivíduo na estrutura social se revela “no lugar do espaço físico em que está situado, e pela posição relativa que suas localizações temporárias [...] e sobretudo permanentes [...] ocupam em relação às localizações de outros agentes” (ibidem, p. 161).

No plano das mudanças no espaço físico do Sindicato, de acordo com os entrevistados, elas guardam relação com a emergência de uma nova ordem no interior da entidade sindical. A ampliação das salas de serviços, do salão central onde as assembleias são realizadas e a construção de novos acessos ao prédio exprimem novas formas de relacionamento (menos verticais do que as anteriores) entre os diretores e sócios e entre os próprios sócios. Em síntese, o exercício de leitura do espaço, realizado por Zé Maria quanto às mudanças do espaço físico da entidade sindical, têm a função de dizer algo sobre as mudanças nas práticas sindicais de hoje e de outrora.

Embora exista um consenso neste grupo de entrevistados sobre a gestão de Francisco Pizarro à frente do Sindicato, bem como sua atuação na greve de 1979, percebo que as críticas são mais intensas quando vem dos atuais dirigentes. Creio, nesse sentido, que a construção da memória

realizada por eles, centrada nos temas mencionados acima, está delimitada pela condição de diretores e pelas lutas posteriores eclodidas durante 17 anos de gestão. Envolvidos pelas vestes de lideranças da categoria, eles trazem à tona o seu passado grevista e a gestão que lhes antecedeu apontando as diferenças entre as duas administrações. Essas diferenças, não raro, se dão no sentido de valorizar as práticas sindicais atuais. Para eles, os operários não tinham acesso pleno às dependências do Sindicato, não eram informados das negociações coletivas, não se aproximavam de Francisco Pizarro. Hoje, ao contrário, o Sindicato é uma entidade que conta com cerca de 2.700 sócios numa categoria que possui 37.000 operários na sua base¹⁹.

Desde que assumiram o Sindicato, esta diretoria já “puxou” greves de caráter geral, como a de 1990, e várias pequenas paralisações em canteiros de empresas específicas. Ao longo delas, destaca-se a conquista da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que assegura direitos como cesta básica; seguro de vida, implementado em 1995; taxa de depreciação de ferramenta pertencente ao operário; fornecimento de equipamento de segurança pelas empresas, pois eram adquiridos pelos próprios operários; garantia de reunião com os operários, com duração de uma hora, dentro do horário de trabalho deles, nos canteiros; proibição de rebaixamento de salários quando da troca de emprego (reivindicação que estava na pauta dos grevistas de 79).

As paralisações nos canteiros, segundo me informaram os diretores, variavam conforme o crescimento da economia brasileira, particularmente de acordo com a performance da indústria da construção civil.

Nós tivemos duas greves em 1990 porque tinha um mercado que te oferecia fazer greve. Tinha grandes shoppings em Belo Horizonte. Naquela época, abria shopping toda hora; mesmo quando não era geral, a gente fazia greve toda hora (Osmir Venuto. Entrevista ao autor. Jun.2004).

¹⁹ Os números foram colhidos no próprio Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte.

Atualmente, porém, as pequenas ou grandes greves nas obras, como principal instrumento de mobilização, sofreram um declínio em virtude da diminuição do ritmo da produção das construtoras e, logo, do aumento do desemprego. Greves gerais – conforme ocorridas em 1979 e 90 – são raras. “Fora as obrinhas que a gente faz todo dia por falta de pagamento, essas coisas, mas movimento de massa como aquela de 79, é impossível (Osmir Venuto. Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Em conseqüência, num momento em que há pouquíssimas construções em andamento no cenário belo-horizontino, em larga medida, o trabalho do Sindicato tende a concentrar-se na manutenção de direitos conquistados, na fiscalização do trabalho nas obras e na negociação de reajustes salariais que ultrapassem minimamente os índices de inflação.

Em síntese, em relação às mudanças assinaladas acima, fica claro para os entrevistados que a greve deflagrada em 1979 cumpriu (e ainda cumpre) um papel importante nesse processo. Embora o movimento grevista não tivesse efetivamente resultado em ganhos materiais para a categoria, ele permitiu, entre outros aspectos, a articulação entre os operários descontentes com atuação de seu Sindicato, visando a constituição de uma alternativa àquela situação. Lembrando Blass (1992), após aquela greve, inaugurou-se um novo tempo entre os grevistas. Segundo ela, uma greve pode produzir vários tempos, entre eles, o tempo “pós-greve”, em que os operários percebem os “hábitos alienantes” que orientam o cotidiano do seu trabalho.

Do ponto de vista político, o ano de 1979 não permitia tamanha mudança nas relações de força da entidade, já que elas ainda estavam sob a legislação antigreve da ditadura militar. Contudo, nove anos depois, dois movimentos oposicionistas investiram sobre o Sindicato, resultando na expulsão do então presidente. Nas lembranças dos entrevistados Manuel e Ismar, por exemplo, as mudanças e as lutas reivindicativas posteriores à ocupação estão tão articuladas ao movimento grevista de 1979 que eles não distinguem um episódio do outro. O grupo ocupante, organizado pelo MR-8, continua na direção da entidade. Portanto, a greve de 1979 colocou a importância da conquista do Sindicato.

Identidades ambíguas

Além disso, uma questão que salta aos olhos quando se examina as narrativas desses entrevistados, tendo em mente a greve, são os recursos narrativos empregados por eles a fim de integrar aspectos conflitivos em relatos coerentes sobre a greve. Seus relatos são constituídos a partir da tensão entre papéis sociais estabelecidos e “desviantes”.

Sobre os saques e quebra-quebras ocorridos na cidade, no decorrer da paralisação, eles não hesitam em relatar que isso aconteceu em virtude de pessoas “infiltradas”, “penetras”. “Houve infiltração de pessoas no nosso movimento. O trabalhador da construção civil, em si, é uma pessoa humilde. [...] O próprio Estado colocou esse pessoal infiltrado no meio dos trabalhadores” (Joaquim. Entrevista ao autor. Mar. 05). Portanto, por ser de origem “rural”, “simples”, “humilde”, os operários nunca cometeriam atos tão extremos como aqueles. Os incidentes foram causados por agentes “infiltrados” pelo Estado.

Em contraste, em alguns trechos de suas entrevistas e, notadamente, logo que lhes indaguei sobre o significado daquele movimento, as respostas enfatizam os comportamentos rebeldes e violentos manifestados pelos operários diante da situação de vida e trabalho em que se encontravam e que justificavam a deflagração do movimento paredista. Diz o próprio Joaquim: “Uma explosão da classe operária. Nós tava bravo mesmo”.

Dessa forma, a identidade operária deste grupo, tendo como centro suas lembranças acerca de 1979, constitui-se de modo ambíguo, quero dizer, ela é construída e reconstruída de acordo com a negociação entre comportamentos de classe estabelecidos e “desviantes”. Em suas falas, esses comportamentos deslocam-se para frente ou para trás no tempo, buscando estabelecer narrativas coerentes sobre a greve que façam sentido para si próprios e para os outros.

No momento em que se referem aos saques e quebra-quebras, o que aflora é proveniente do conjunto de imagens atribuídas a eles pelas autoridades e opinião pública da época - humilde, simples, origem rural, sem instrução -, reforçando o argumento de elementos infiltrados na

manifestação. No outro extremo, no presente, as imagens de contestação, de rebeldia, de rudeza que os operários manifestaram há 26 anos alimentam lutas posteriores da categoria, despertando rapidamente a atenção das autoridades e população belo-horizontinas quando há um prelúdio de mobilização dessa categoria. “A forma que foi a greve de 79 reflete até hoje, entende!? Qualquer movimentozinho que nós fazemos, temos um aparato policial aí” (Zé Maria. Entrevista ao autor. Jun. 04). “Olha o nosso Sindicato hoje é temido pela atuação da greve daquela época” (Osmir Venuto. Entrevista ao autor. Jun.04).

Assim, a rudeza, a exaltação do poder físico masculino e o ajuste violento que afloram em determinadas partes de seus relatos rompem claramente com o primeiro conjunto de imagens atribuídas aos grevistas e, em certo sentido, essas características parecem ser legitimadas, e até exaltadas, pelos entrevistados como forma de “pressão” e “expressão”, de acordo com as palavras de Blass (1992), da categoria, visando alcançar resultados que superem uma situação de vida e trabalho precários, conforme a que vivenciaram em 1979. As imagens de simplicidade e humildade que foram apregoadas a eles e a partir das quais eles retiram suas formas de autorepresentação, também estão presentes em suas falas. No entanto, num cálculo político, os dois conjuntos de imagens aparecem em momentos específicos das narrativas, ora justificando ações durante a greve, ora legitimando mobilizações da categoria no presente.

Em resumo, é importante argumentar que essas ambigüidades são ordenadas para que produzam sentido para si próprios e para outros. Além disso, as narrativas ilustram bem que a representação do operário da construção civil como um indivíduo “simples”, “sem instrução” e, logo, alvo fácil de manipuladores, conforme estampavam os jornais e comentavam a opinião pública da época, é reconstruída, demonstrando o poder dos próprios entrevistados de imprimir significados em episódios de suas vidas, tal como “a mão do oleiro na argila do vaso”, nas palavras de Walter Benjamin.

A greve como uma guerra

Por outro lado, se, para a maioria dos operários entrevistados, as lembranças da greve são constituintes de um sentimento de pertencimento, o mesmo não se pode afirmar para 03 entrevistados. Em seus relatos, não perpassa a idéia de que suas recordações acerca daquela paralisação possam ser oferecidas como um legado às novas gerações de operários da construção civil. A greve dos trabalhadores da construção civil é representada como uma “guerra”, como uma explosão de violência nunca antes presenciada por eles, provocando “medo”, palavra essa que é recorrente na narrativa do entrevistado Raimundo, à medida que relata os episódios em que esteve presente em 1979.

Esses entrevistados participaram somente de dois ou três dias da parede. Como não gostavam de “tumulto”, “bagunça” e, à proporção que os conflitos se intensificavam, decidiram não mais acompanhar o movimento, ficando os restantes dos dias da greve em casa. “Num (sic) acompanhei do princípio ao fim não, porque eu não sou chegado a tumulto não. Aí, eu lá no dia, no ex-campo do Atlético, aí aquela bagunça danada. Aí, eu fiquei lá passando o dia todo. [...] Os outros dias eu fiquei em casa (Ranulfo. Entrevista ao autor. Ago. 2005).

Ainda que os entrevistados digam que se afastavam dos conflitos ocorridos no decorrer da mobilização, seus discursos são amplamente constituídos de relatos de diálogos entre os policiais e os operários e entre estes no decorrer da mobilização. Como exemplo, Raimundo narra uma passagem em que discutiu com um colega.

[...] eu com medo que não queria entrar na greve e eles; sempre escapulindo deles porque eles podia querer agredir a gente; que a gente não tava fazendo parte com eles, num (sic) sabe!? Então, eu sempre de longe. Inclusive, eu tava assim, igual nós tá aqui, de olho, veio um cara e passou por cima do meu pé, e eu ainda comecei a achar ruim com ele e ele nem thcum (sic). Ele falou: “Hoje é dia de greve mesmo” (Raimundo. Entrevista ao autor. Mar. 2005).

Menos detalhista que Raimundo, Ranulfo traz à tona os acontecimentos mais agudos: os conflitos entre os grevistas, bombeiros e policiais militares na Praça da Estação e nas imediações do estádio do Atlético. Por fim, eles avaliam que a greve não trouxe benefício para a categoria porque deu muita “bagunça” e, depois dela, o operário da construção civil ficou sendo visto como “marginal”. Raimundo torce para que aquilo nunca mais aconteça. Contudo, ele registra que os ecos da greve de 1979 ainda têm audiência entre os operários da construção civil de Belo Horizonte. Diz ele:

Então, eu quero dizer a você que eu torço pra nunca acontecer mais a greve igual acontecida lá; eu torço pra nunca acontecer nunca, porque muita gente aí fala: “É! Tá precisando aí fazer uma greve igual aquela aí que os outros fala; que nós não participou, mas ouviu falar que foi uma greve violenta”.
 - Eu disse: “Quem te contou?”
 - “O pessoal que sabe que conta isso que foi uma greve de sair até morte”.
 (Entrevista ao autor. Mar. 2005).

Por trás da decisão dos operários de abandonar a greve quando esta se desencadeou em intensos choques, encontram-se claramente razões que, sem dúvida, são tributárias de valores social e culturalmente relevantes para eles. “Aquela greve da construção civil daquela época, quando eu vi as coisas que não me agradava, eu, logicamente, eu rachava fora. Eu não me enfiava em tumulto, né!?” (Raimundo Souza. Entrevista ao autor. Set.05).

Nesse sentido, avaliei que as narrativas me obrigavam a recuar no tempo, mais especificamente no momento em que eram trabalhadores rurais, já que a situação vivida durante a greve era percebida conforme referenciais de vida e trabalho na “roça” - onde as relações de mando, sujeitos à dominação dos fazendeiros – que foram classificadas pelos operários como “péssimas”, “difícil”, “lei de escravo”. Portanto, o peso da “história incorporada” (Lopes, 1992) é maior que marcos do tempo presente nas suas narrativas sobre a greve.

De acordo com o exposto, acredito que eles projetam uma situação vivida na “roça” sobre a paralisação de que participaram ou assistiram. O conjunto de imagens – “baderna”, “bagunça”,

“guerra” – e comportamentos – “eu não participei assim violento no meio da turma, né!? Então, fiquei de longe” (Raimundo. Entrevista ao autor. Mar. 2005) – de que lançam mão para elaborar seus relatos estão firmemente ancorados numa situação vivenciada na condição de trabalhadores rurais, buscando aí imagens e comportamentos que delineassem e lhes informassem como agir sobre o que assistiam naquela greve. Por exemplo, o fato de Raimundo só participar da paralisação depois de ligar para o patrão e informar-se que não haveria expediente assemelha-se ao respeito que prestava a quem tinha poder de mando no campo: os fazendeiros.

Em virtude do que foi dito, numa análise mais apressada, os operários poderiam ser definidos como “fura-greves”, porque, provavelmente, estariam trabalhando caso as construtoras não tivessem fechado seus canteiros naquela semana de greve. No entanto, é preciso frisar que - ao optarem por não participar, ou pelo menos assistir de longe, da greve quando esta se transformou num “tumulto”, e não numa greve “pacífica” - eles estão ligados a valores social e culturalmente determinados e visões de mundo que foram avaliados por meio racionais, tal como preconiza Thompson (1981) e com os quais procuram atravessar todos os episódios que mencionaram em seus relatos: desde a vida e o trabalho no campo, passando pela migração ao mundo urbano, o trabalho na construção civil, a greve de 1979 e o momento presente. Apesar de reconhecer que as reivindicações do movimento grevista eram justas, do emprego de servente de Ranulfo dependiam esposa e quatro filhos e, certamente, isso também foi determinante na sua decisão – adquirindo cores mais dramáticas do que outros operários que estivessem numa situação parecida - de não se juntar ao movimento. A estabilidade dele num ramo de atividade marcado pelo uso predominante do trabalho temporário, como o é a indústria da construção civil, era segurança de seus familiares.

CONCLUSÃO

À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, verificamos que algumas questões inicialmente formuladas eram pertinentes; outras, nem tanto. Ao nos propormos como objetivo geral analisar a construção da memória de um grupo de trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, tendo como foco a sua participação na greve deflagrada pela categoria em 1979, partimos da idéia, que foi devidamente afirmada no exame de qualificação, segundo a qual as lembranças da greve são um elemento constituinte de uma identidade entre os entrevistados. No entanto, essa questão foi redefinida, na medida em que observávamos que as lembranças acerca desse episódio aconteciam de diferentes modos.

Como vimos, para um pequeno grupo de entrevistados, o que ficou dessa greve foram as imagens de conflito que se desenrolaram naquela semana de 1979. Em seus relatos, não perpassa a idéia de que suas recordações possam ser oferecidas como um legado às novas gerações de trabalhadores. Comentam que as demandas do movimento eram legítimas, mas repeliam as ações violentas desencadeadas. Daí não estarem presentes durante toda a paralisação. Fica nítido que a situação vivida durante a greve era definida de acordo com referenciais de vida e trabalho presenciadas no mundo rural de onde saíram em direção ao mundo urbano.

Com relação à maioria dos entrevistados, as imbricações daquela mobilização para a constituição de um sentimento de pertencimento entre eles aparecem claramente. Importante salientar que o papel dessas lembranças não se restringem só aos grevistas, atingindo também os operários mais novos e os que já trabalhavam na construção civil, mas não participaram do movimento. Em consequência, podemos dizer que estes entrevistados, ao contrário dos outros, comportam-se como guardiões da memória da greve. Os seus relatos são constituídos a partir da tensão entre comportamentos sociais estabelecidos e “desviantes” de modo que possam estabelecer narrativas coerentes sobre a greve que produzam sentido para si próprios e para os outros.

Ainda que este grupo seja composto por operários em atividade, aposentados e diretores do STIC-BH, sublinhamos os esforços desses últimos na construção de uma memória da greve. A história da maior parte deles dentro da categoria começou quando, descontentes com a atuação do

sindicato - particularmente com o seu presidente, Francisco Pizarro - na greve, se articularam visando a construção de uma alternativa política àquela situação. Do ponto de vista político, o ano de 1979 não permitia tamanha mudança nas relações de força nas entidades sindicais brasileiras já que elas ainda estavam sob a órbita da legislação antigreve do regime militar. Contudo, nove anos após aquele movimento, o grupo de oposição ocuparia o Sindicato, expulsando o então presidente. A maior parte desse grupo ainda continua à frente da entidade.

Em que pese a constatação do esquecimento oficial da cidade de Belo Horizonte a respeito da greve, agravado pelo fato de sabermos que a cidade é hoje governada pelo partido dos Trabalhadores (PT), procuramos mostrar que as recordações dos lugares aonde ela aconteceu permanecem vivas entre os entrevistados. A sede e a escola do STIC-BH transformaram-se em espaços privilegiados para a conservação e transmissão de suas lembranças. Isso, sem dúvida, deveu-se à nova diretoria, responsável pela deposição de Pizarro. A greve de 1979, personificada na imagem de Orocílio, operário morto na mobilização, serviu de importante argumento para os novos diretores não só na campanha contra o antigo presidente, mas também para reafirmar as diferenças entre a gestão atual e a anterior.

Evidentemente, a relação da história com a memória aparece aqui de forma cristalina: a primeira serve à segunda, que por sua vez a recria de acordo com a época. Assim, se nos últimos anos da gestão de Pizarro, a greve e, particularmente o episódio da morte do operário, foram esquecidos, hoje, as imagens de 1979 figuram em destaque no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte.

Em 1979, a greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte parece que se distinguiu das outras paralisações que agitavam o país por seus desdobramentos violentos. Apesar das tentativas de desqualificação das demandas dos grevistas por parte da opinião pública, estampando-a como a “Revolta dos Peões”, e do insucesso do movimento em termos de conquistas

materiais, a greve deixou entre alguns participantes um forte reconhecimento da condição de sujeito de direitos, manifestada na época de uma forma bem particular, como atesta o entrevistado Ismar:

A greve de 79 me deu muita experiência nessa minha vida, porque através dessa greve que eu fui saber onde é que tava meus direitos; antigamente, eu não sabia onde é que tava meus direitos, né!? [...] Da greve de 79 é que eu vim a ter experiência; me ajudou muito, né!? A greve de 79 me ajudou muito; aquela história, aquela revolução, aquela quebradeira, aquelas coisas da greve de 79 me ajudou por demais: negociação, saber onde que tá meus direitos, os direitos dos empresários, me ajudou muito. Através daquela greve, que eu vim saber onde que tá meus direitos. Então, eu tenho muito orgulho daquela greve (Entrevista ao autor. Out. 2005).

Bibliografia:

ABREU, Regina. (1994). Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. In: Estudos Históricos. Vol. 7, nº 14. Rio de Janeiro: CPDOC.

ALMEIDA, Maria Hermínia de. (1983). O sindicato brasileiro: entre a conservação e a mudança. In: SORJ, Bernardo. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense.

ANTUNES, Ricardo. (1986). Crise e Poder. São Paulo: Ed. Cortez.

BATALHA, Cláudio. (2000). O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BENJAMIN, Walter. (1985) O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: -----
Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol.2. São Paulo:
Brasiliense.

BOSI, Ecléa. (1998). Memória e Sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras.

----- (2004). Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê editorial.

BLASS, Leila Maria da Silva. (1992). Estamos em Greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. São Paulo: Hucitec/Sind. dos Bancários.

BOURDIEU, Pierre. (1996). A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.

----- (2003). Efeitos de Lugar. In: ----- (org.). A Miséria do Mundo. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MAUAD, Ana Maria. (1997). História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

CASTRO, Pedro. (1986). Greve: Fatos e Significados. São Paulo: Ed. Ática.

CARVALHO, José Murilo de. (1990). A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras.

CIAVATTA, Maria. (2002). O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: Dp&a/Faperj.

COUTINHO, Ronaldo do L. (1980). O Operário de Construção Civil: urbanização, migração e classe operária no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.

FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.). (1996). Apresentação. Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.

FRANÇA, Júnia Lessa. (2003). Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

FREITAS, Marina Mônica de. (1993). A Rebelião dos Pedreiros: um estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Belo Horizonte: Monografia de bacharelado. FAFICH/UFMG.

FURTADO, João Pinto. (1996). Trabalhadores em Educação: experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90. Ouro Preto: Ed. UFOP.

FURTADO, Maria Piedade Alves. (1984). O Operário da Construção em Construção. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/UFMG.

GEERTZ, Clifford. (1978). Uma descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In:-----
------. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

GOMES, Ângela de Castro. (2002). Cidadania e Direitos do Trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

HALBWACHS, Maurice.(1990). A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice.

JAMES, Daniel. (2004). Contos narrados nas fronteiras: a estória de Doña Maria, História Oral e questões de gênero. In: FORTES, Alexandre (e outros). Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas-SP. Ed. Unicamp.

JÚNIOR, Paulo Gracino Souza. (2003). Barracões Barrocos: memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, MMSD/UNIRIO.

LE GOFF, Jacques. (1998). Por amor às Cidades. São Paulo: Ed. UNESP.

LEITE, José Sérgio Lopes. (1992). História Incorporada. In: Revista do Departamento de História. Nº 11. Belo Horizonte, UFMG.

LEITE, Márcia de Paula. (1988). O que é Greve. São Paulo: Brasiliense.

LE VEN, Michel Marie. (1987). Movimento Operário e Sindical, 1972–85. IN: MALORI, J. Pompermayer (org.). Movimentos Sociais em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

----- (1997). Belo Horizonte cem anos: cidade sem perdão. In: Varia História. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MATTOS, Marcelo Badaró.(1998) Novos e Velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

----- (2003). O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

----- (2004). Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954 – 1964). In: Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47, São Paulo.

----- (2004). Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910). In: MATTOS, Marcelo Badaró (coordenador). Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Rio de Janeiro: Ed. Bom Texto/Faperj.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (1996). Projeto de História oral. In: Manual de História oral. São Paulo: Loyola.

MENDES, Raquel Porto Ribeiro. (1995). A Indústria da Construção Civil no período do “milagre brasileiro”. Belo Horizonte: Monografia de bacharelado. Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG.

NORA, Pierre. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Proj. História. São Paulo, (10).

POLLAK, Michael.(1989) Memória, esquecimento, silêncio. IN: Estudos Históricos, nº 3. Rio de Janeiro: CPDOC.

----- (1992) Memória e Identidade Social. IN: Estudos Históricos, nº 10. Rio de Janeiro: CPDOC.

PORTELLI, Alessandro. (1996). O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M. de & AMADO, J. (orgs.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.

SANTANA, Marco Aurélio. (1998). Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), nº 41.

----- e NASCIMENTO, Regina Malta. (1999). “Trabalhadores do Brasil” e “Peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. In: Revista Tempo. Rio de Janeiro, nº 7.

----- (2000a). Memória, Cidade e Cidadania. In: COSTA, Icléia T. M. & GONDAR, J. (orgs). Memória e Espaço. Rio de Janeiro: Sete letras.

----- (2000b). Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. In: História Oral, nº 3.

----- (2001). Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: Boitempo/UNIRIO.

SADER, Eder. (1995). Quando Novos Personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Myrian.(1993). O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e passado. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RCBS). nº 23.

----- (2003). Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Ed. Annablume.

SOUZA, Nair Heloísa Bicalho de. (1983). Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

THIESEN, Icléia; COSTA, I.T.M. (1998). Memória Institucional e Representação: da árvore ao rizoma. In: Maria Tereza Toríbio Brittes Lemos; José Flávio Pessoa de Barros. (Orgs). Memória, Representações e Relações Interculturais na América Latina. Rio de Janeiro, p. 105-116.

THOMAZI, Antônio de Pádua Nunes. (1990). A construção do operário: o uso da tarefa na construção civil. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, DCP/UFMG.

THOMPSON. E. P. (1981). O termo ausente: a experiência. In:----- . A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

----- (1997). A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol.1.São Paulo: Paz e Terra.

THOMPSON, Paul. (1998). A Voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VALLADARES, Lícia do Prado. (1985). Quebra-quebras na Construção Civil: O Caso dos Operários do Metrô do Rio de Janeiro. In: Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec.

WELHING, A.; WELHING, M. J. (1997). Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. IN: WELHING, etal. Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento.

JORNAIS E INFORMATIVOS SINDICAIS:

APESAR do pedido, a polícia não foi a campo. Estado de Minas, Belo Horizonte, 04 ago. 1979.

ASSEMBLÉIA aprova assinatura de acordo coletivo de 2003/2004. Marreta, Belo Horizonte, 25 nov. 2003.

ÀS 14, assembleia decide se operários aceitam índices estabelecidos pelo TRT. Estado de Minas, Belo Horizonte, 03 ago. 1979.

BELO Horizonte: a revolta dos peões. Veja. São Paulo, 08 de ago.1979.

DEZ mil operários reclamam aumento de salário. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 16 de jul. 1979.

FIGUEIREDO faz apelo aos grevistas de BH. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 ago. 1979.

GOVERNO Lula não mudou nem vai mudar! Marreta, 17 dez. 2003.

GOVERNADOR denuncia infiltrações. Estado de Minas, Belo Horizonte, 01 ago. 1979.

LÍDERES sindicais paulistas em BH para dar apoio aos mineiros. Estado de Minas, Belo Horizonte, 01 ago. 1979.

MEMÓRIA viva de um dia de terror. Estado de Minas, Belo Horizonte, 23 mar. 2003.

O FIM da greve foi decidido e começou uma batalha no estádio. Estado de Minas, Belo Horizonte, 04 ago. 1979.

O LAUDO da necropsia: um tiro matou Orocílio. Estado de Minas. Belo Horizonte, 01 ago.1979.

OPERÁRIOS da construção civil fazem assembleia. Estado de Minas. Belo Horizonte, 01 ago.1979.

OPERÁRIOS da construção civil fazem assembleia.Estado de Minas. Belo Horizonte, 29 jul. 1979.

PARA Francisco Pizarro, a greve está acabada. Estado de Minas. Belo Horizonte, 04 ago. 1979.

TRABALHADORES da construção lembram colega assassinado. Estado de Minas. Belo Horizonte, 30 de jul. 1989.

.
TUDO começou com uma calma aparente. Depois não houve controle. Estado de Minas. Belo Horizonte, 31 jul. 1979.

ANEXO A

Roteiro:

EIXOS TEMÁTICOS

1)Trajetória:

- * Condições de vida.
- * Condições de trabalho.
- * Perfil do trabalhador da construção civil.

2)Sindicato e Trajetória:

- * Formas de organização e luta.

3)A greve em si:

- * Reivindicações.
- * Formas de organização.
- * Desenvolvimento da mobilização (início, meio e fim).

ANEXO B

Categories Profissionais na Atividade da Construção Civil²⁰

Mestre de Obras: é o indivíduo que desempenha as funções mais complexas e importantes na obra. Seus encargos vão desde a supervisão técnica e orientação de todas as tarefas executadas às decisões administrativas, abrangendo todos os setores (pessoal, material, etc.). É um profissional que conhece todas as especialidades e tem capacidade para o exercício de qualquer ofício no campo da construção civil.

Encarregado de Obra: tem a incumbência de auxiliar o mestre em todos os seus encargos e de substituí-lo em caso de ausência eventual.

Encarregado de Setor: profissional especializado (oficial), geralmente muito experiente, que tem o encargo de fiscalizar diretamente a execução das tarefas em cada setor.

Oficial: é o profissional especializado, aquele que domina um determinado ofício, tendo adquirido qualificação geralmente através da prática e, raramente, mediante treinamento obtido no ensino profissional. Assim, cada especialidade tem os seus oficiais (carpintaria, marcenaria, etc.).

Semi-Oficial: (também designado meio-oficial: profissional com algum nível de especialização em qualquer ofício, embora sem possuir a experiência do oficial; este, inclusive, lhe orienta o aprendizado, na maioria das vezes.

Servente: operário que auxilia o oficial e o semi-oficial em qualquer tarefa, sobretudo aquelas que demandam maior esforço físico (trabalho braçal) e independem de habilidade e capacidade específicas (operário não-especializado).

Apontador: funcionário da empresa que mantém a ligação entre a obra e o escritório. Realiza todas as tarefas administrativas de caráter burocrático: anota o ponto do pessoal, as horas extraordinárias, prepara as folhas de frequência, efetua o pagamento semanal, distribui material, faz requisições ao

²⁰ Reproduzimos aqui as categorias do ramo da construção civil enumeradas no trabalho de Coutinho (1980).

escritório da empresa, guarda e mantém atualizada a documentação dos operários, organiza fichários e arquivos, etc.

Almoxarife: responsável pelo almoxarifado (depósito de materiais).

Conferente: funcionário encarregado pela empresa de fiscalizar as remessas de material conferir as requisições, folhas e arquivos do apontador.

Vigia: fiscaliza a entrada e saída de todas as pessoas na obra, revista os operários que saem para verificar se há extravio de material ou objetos pertencentes à obra, distribui capacetes aos trabalhadores e é incumbido de registrar em livro próprio, as assinaturas de encarregados, engenheiros, arquitetos, funcionários da empresa e de outras pessoas (compradores de apartamento, visitas, familiares dos operários, etc), anotando a hora da entrada e saída.

